

Diário do Legislativo de 10/03/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 10ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/3/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007; renovação da votação do Substitutivo nº 1; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 16/2007, que recebeu emendas na extraordinária realizada ontem, à noite, e foi devolvido à Comissão de Meio Ambiente para parecer.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre a afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado de Minas Gerais, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Presidência vai renovar a votação do Substitutivo nº 1. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Gilberto Abramo - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram 24 Deputados, que, somados aos 2 em comissão, perfazem o total de 26 parlamentares. Portanto, não há quórum para votação, mas há para a continuação dos trabalhos. A Presidência torna a votação sem efeito.

Questões de Ordem

O Deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, com relação ao projeto do Deputado Carlin Moura, não votamos levando em conta o mérito do projeto, que é altamente louvável, mas, sim, devido à forma como a saúde no Brasil é tratada, como brincadeira. O jornal "Hoje em Dia" de hoje traz o Ministro da Saúde do governo federal dizendo que o Obama deveria implantar o SUS, do Brasil, nos Estados Unidos, pois teria um sucesso muito grande. E explica o motivo desse sucesso, dizendo que tantas pessoas foram vacinadas contra a rubéola e mais tantas contra outras patologias. Isso é uma cortina de fumaça para encobrir a real situação da saúde pública no Brasil, causada principalmente pela tabela ridícula e irrisória paga pelo governo federal para Prefeitos, os governos estaduais e, principalmente, os hospitais administrarem a saúde. Estamos vendo a situação dos médicos. O Deputado Doutor Viana é médico e conhece essa situação. O governo federal paga aos médicos R\$2,45 por uma consulta. Isso é brincadeira. Os valores pagos por todos os procedimentos do SUS que estão na tabela não são suficientes nem para cobrir os custos. E a situação de Alagoas não é diferente. A tabela de R\$2,45 é para todo o Brasil. O Deputado Hely Tarquínio também é médico e sabe que é impossível achar um médico que se sujeite a isso. Há administrações sérias, como foi a do Prefeito Fernando Pimentel em Belo Horizonte. Pimentel colocou na saúde quase 20% dos recursos do Tesouro Municipal, para, assim, complementar o que o grande arrecadador, o governo federal, deixa de aportar. Mesmo assim, pessoas humildes e simples estão na fila esperando para operar uma hérnia ou tirar uma pedra na vesícula há três anos, o que lhes causa dor todos os dias. Só em Belo Horizonte, há 50 mil pessoas. O mesmo acontece em todos os lugares. Temos de atrair a atenção da mídia para o grande problema que é hoje o SUS no Brasil. A concepção do SUS é maravilhosa. Foi criado para dar atenção à saúde de todos os brasileiros. Só que não se coloca dinheiro nessa área. O governo federal, que arrecada mais de 70% de impostos dos cidadãos, não põe recursos na saúde, e a situação se repete em todos os hospitais do Brasil: estão falidos, estão acabando. Caro Deputado Carlin Moura, não há como, nesse momento, ficar simplesmente arrumando mais despesas para os hospitais. Não há dúvida de que os hospitais têm de orientar a população, mas não estão conseguindo nem comprar a vassoura para limpar o chão. Todos os hospitais do Brasil que têm 70% de atendimento do SUS estão em estágio falimentar, estão dando prejuízo. Basta convocar o Ministério Público para fiscalizar as fundações filantrópicas. Aí, caro Doutor Viana, veremos que o modelo do SUS sem financiamento - e é o que acontece no Brasil - levou a esse caos que aí está, levou ao sofrimento da população brasileira. Costuma-se repetir que 95% da população brasileira é atendida pelo SUS. Sim, é verdade, mas uma parte enorme dela não consegue fazer um simples exame. Uma pessoa, por exemplo, com problema sério na cabeça, não consegue fazer uma tomografia para saber se é um tumor ou coisa parecida. Não se consegue fazer procedimentos simples. Qual é a fila, Deputado Hely Tarquínio, de crianças que precisam fazer operação de amígdalas? Um médico, por acaso, fará uma cirurgia de risco num paciente em um hospital em que pelo leite, pelo lençol, pela comida, pelo anestesista, pelo assistente, pela enfermeira e pelo medicamento se pagam apenas trezentos e poucos reais? Ora, o hospital terá prejuízo. Cada vez mais, terá ele de tirar dinheiro de outra coisa, inventar um doente particular, um plano de saúde? Não pude votar o projeto do Deputado Carlin Moura. No mérito, o projeto é importante, porque, quanto mais os doentes forem informados de seus direitos, mais a cidadania estará se concretizando no País. Mas pergunto: depois de informado dos seus direitos, quem o doente procurará? O Presidente Lula? O Ministro Temporão? Ora, há, no País, fila de mais de 90 mil pacientes com câncer. O que farão depois de receberem essa cartilha, procedimento, aliás, que gastará mais dinheiro dos hospitais, que já não o têm?

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, minha preocupação é que o ilustre Deputado Arlen Santiago não jogue fora a criança com a água suja. Na verdade, o SUS é um sistema reconhecido internacionalmente. Foi um grande avanço a saúde pública do Brasil com a Constituição de 1988, que trouxe a universalização do atendimento à saúde pública. Antes do SUS, os mais pobres e os que não tinham carteira assinada não tinham direito a uma assistência adequada de saúde. O Dr. Arlen Santiago tem razão num aspecto: precisamos tomar cuidado com o financiamento do SUS. Se brincam com o financiamento da saúde, essa brincadeira não advem especialmente do governo federal, que, aliás, vem cumprindo sua parte. A brincadeira e o desrespeito com o SUS vêm de alguns Estados e Municípios que não lhe fazem o devido repasse. O governo de Minas Gerais insiste em brincar com o SUS, quando, por exemplo, deixa de investir aproximadamente R\$600.000.000,00 no SUS por não cumprir a Emenda Constitucional nº 29. Esse dinheiro deveria ser destinado ao SUS para financiá-lo, mas está sendo utilizado equivocadamente na Copasa para o sistema de esgoto, cuja verba não é do SUS. Fazemos esse debate no nosso dia-a-dia nesta Casa. Dinheiro que, sem dúvida, poderia servir para melhorar a qualidade do atendimento na saúde pública deste País. O Sistema Único de Saúde tem

garantido a vacinação de nossas crianças, a erradicação de muitas doenças endêmicas e o atendimento público às pessoas. Precisamos cobrar dos Estados e dos Municípios que invistam no SUS. Se, nos últimos seis anos, Minas Gerais tivesse cumprido a Emenda Constitucional nº 29, teríamos aportado no SUS mais de R\$3.000.000.000,00, favorecendo-o para pagar mais aos médicos, garantir os exames especializados e melhorar o atendimento nos Municípios. É muito fácil vir aqui criticar o SUS por causa das suas debilidades e esquecer de valorizar o que tem de mais positivo. Exemplificarei, Sr. Presidente, como Deputado Estadual do Estado de Minas Gerais, desta Assembleia Legislativa: tenho um plano de saúde que é um dos melhores planos privados deste País, que é da Unimed, o Unimax. Sábado, estava em Montes Claros, na terra do Dr. Arlen Santiago, e fui acometido por uma otite, tive dor de ouvido. Precisei de um atendimento de urgência. Procurei o hospital particular que atende pela Unimed, cujo plano é caro, bem pago, mas lá não havia um otorrino de plantão. Não pude ser atendido por um otorrino, porque, nos finais de semana, eles não ficam de plantão em nenhum hospital particular. Sabe onde fui encontrar um atendimento de otorrino? No pronto-socorro municipal de Montes Claros, que atende pelo SUS. Funciona assim: quando o procedimento é especializado ou é mais caro, você não encontra atendimento nos hospitais privados deste País, mas, sim, no SUS. Não tenho dúvida de que o SUS é avançado, mas precisa ser melhorado, receber mais investimentos, maior aporte de recursos. Não podemos querer descaracterizar o SUS, porque isso só interessa aos hospitais privados, que querem fazer da saúde uma marca do lucro, e saúde não combina com lucro. Para concluir, Sr. Presidente, a aprovação desse projeto é fundamental, porque os pacientes têm seus direitos e precisa conhecê-los. Faz-se necessário que se afixem em todas as portarias e recepções de hospitais, em letras garrafais, os direitos dos pacientes, para que sejam tratados com respeito e cordialidade, tendo seu atendimento garantido. A saúde é um direito absoluto garantido pela nossa Constituição da República.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, queremos pronunciar-nos também defendendo a aprovação do projeto do Deputado Carlin Moura, pois entendemos que nosso trabalho na Assembleia de Minas e nos demais parlamentos deste País e do mundo têm apenas uma razão de ser: o aprimoramento do Estado Democrático de Direito. Trata-se de um processo contínuo, perene. A proposta do Deputado Carlin Moura vem nesse sentido. Toda e qualquer iniciativa que reforce o Estado de Direito, no caso o direito do cidadão comum de ter o pleno atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS -, precisa ser valorizada, estimulada e incentivada. Como foi dito pelo Deputado Carlin Moura, o SUS não é perfeito. Entretanto, como toda e qualquer proposta de caráter público e universal caminha para a ampliação e o aperfeiçoamento, entendemos que o SUS precisa, sim, ser colocado em pauta, analisado. É necessário, principalmente, garantir que as determinações constitucionais, já estabelecidas há muito tempo, sejam efetivamente cumpridas pelos governos estaduais e Prefeituras assim como pelo governo federal. Falar em direitos dos pacientes nos remete a uma ampliação da noção de direito. Na verdade, precisamos falar do direito de não ser paciente, de não adoecer, de ter uma rede social de proteção que garanta os direitos básicos de cidadania que minimizem o máximo possível, o aparecimento de doenças e distúrbios nas pessoas comuns. Chamamos atenção para o processo de somatização. O Presidente é médico, logo sabe muito bem do que estamos falando. O que tem feito as pessoas adoecerem e pressionarem o SUS em todo o País é exatamente a intranquilidade. É o desespero de pais e mães que não conseguem colocar o alimento na mesa de seus filhos, que não têm teto, enfim que não têm o mínimo de conforto nem de tranqüilidade para exercitar sua cidadania e oferecer a seus familiares as condições mínimas de dignidade previstas em todos os estatutos, em todas as constituições mundo afora e também na brasileira. Ao atravessarmos esse momento de crise financeira internacional, é preciso voltarmos a discutir a imperiosa necessidade de redistribuição de renda e riqueza no País e no mundo sob pena de continuarmos com esse sistema iníquo, com esse neoliberalismo, com esse capitalismo feroz, selvagem, que leva milhões e milhões de pessoas no mundo inteiro a adoecerem. Pensar num sistema universal de saúde como o SUS sem pensar em dotar o Estado da capacidade efetiva de prover recursos para a garantia do sistema universal de saúde ou outros não é possível. É preciso pensar em redistribuição de renda, de riqueza e de patrimônio no Brasil e no mundo. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, no caso desse projeto, não podemos criar essa polêmica. A intenção do Deputado Carlin Moura é a melhor possível, pois busca maior segurança para os usuários, para as pessoas que recorrem a hospitais. Gostaria apenas de chamar atenção para a realidade que vivemos. O Ministro Temporão disse que o SUS, um belo programa com um belo atendimento, deveria ser copiado pelo Barak Obama. A diferença é que os Estados Unidos estão destinando quase US\$400.000.000.000,00 para um projeto que se iniciará agora. Aqui dispomos de R\$40.000.000.000,00 para atender a um universo de mais de 100 milhões de pessoas. Vivemos uma realidade em que há outras prioridades. A prioridade para o brasileiro que vai a um hospital público é ter atendimento de qualidade, com dignidade, ter acesso a hospital, a procedimentos de média e alta complexidade e diminuição das filas dos transplantes. Por exemplo, para o transplante de rim no Brasil, a fila de espera é de 90 a 120 dias. É necessário diminuir o tempo para que uma pessoa se submeta a uma tomografia. Há gestantes que procuram o SUS aos cinco meses de gestação em busca de ultra-som, que é marcado só para cinco meses depois, após a mulher ganhar seu filho. Nossa realidade é outra, ou seja, procurar acesso de qualidade aos hospitais. Ainda há pouco, dizia à jornalista Mônica, do "Visão Parlamentar", que vivemos uma situação de caos nos pequenos Municípios. Os médios e grandes Municípios têm o mínimo de atendimento nos hospitais, porque o Governador Aécio Neves criou o Pro-Hosp. Através desse programa, dezenas de hospitais não foram fechados em Minas Gerais. Mas os pequenos hospitais, de até 30 leitos, em Municípios com 20 mil a 30 mil habitantes, estão sucateados ou fechando as portas, porque os Municípios não têm como bancar seus custos, já que não recebem recursos do SUS. Como os Prefeitos não têm coragem de fechar hospitais por questões políticas, as pessoas estão morrendo nas portas dos grandes hospitais. Estamos vendo um congestionamento nos médios e grandes Municípios, e os pequenos não têm assistência nenhuma. Esperamos que o Governador Aécio Neves também possa agora socorrer os pequenos Municípios. O projeto é bonito, mas, como disse o Deputado Hely Tarquínio, não será aplicado nunca, mesmo porque a Lei nº 16.229 prevê a mesma coisa, foi criada há algum tempo e nunca foi aplicada. Imaginem os senhores a burocracia que causará uma pessoa que chegar a um hospital e, com base no projeto, quiser saber com segurança e antecedência, por meio de testes ou exames, se é diabético, portador de alguma anemia ou alergia a determinados medicamentos, anestésicos, penicilina ou sulfá. A pessoa que chega a um hospital tem a sorte de ser atendida, mas, depois, se quiser fazer um teste para saber se pode tomar um medicamento, não consegue. Isso não existe. Todo hospital deveria apresentar uma placa que informa as especialidades em que as pessoas lá são atendidas. Ocorre muitas vezes de as pessoas ficarem sentadas em um banco à espera de um ortopedista e, após 12 horas, o atendente lhe dizer que não há ortopedista. Temos de caminhar passo a passo. O primeiro passo é garantir o atendimento de qualidade. O segundo passo é que o paciente tenha acesso a especializações e a exames de média e alta complexidade. O projeto é muito bonito, mas sabem quando será executado? Nunca, porque o SUS é um belo programa no papel, mas os seus gestores não têm conhecimento do que ocorre na ponta do sistema; não sabem o que o brasileiro sofre. O SUS não dá assistência aos hospitais e ainda tem a cara-de-pau de pagar R\$2,50 por uma consulta e R\$10,00 por uma diária no hospital, incluindo-se nessa diária medicamento, roupa lavada, comida, pagamento de enfermeira, água e luz. Esse pessoal vive outra realidade. O Deputado Carlin Moura está de parabéns, mas esse projeto veio antes da hora: deveria ser apresentado no momento em que o SUS se investir da responsabilidade que tem e o Ministro deixar de ser hipócrita e o ficar recomendando para os Estados Unidos. Eles dispõem de US\$340.000.000.000,00. Se o nosso modelo não é bom para o Brasil, não é bom para os Estados Unidos. É um cara-de-pau um sujeito que não entende de saúde e que deveria conhecer profundamente a realidade do povo brasileiro sugerir essa aberração ao Presidente Obama. Carlin, você está de parabéns, mas infelizmente seu projeto morrerá no nascedouro; não prosperará, porque o gestor do SUS, que comanda o dinheiro da saúde no Brasil, não conhece a realidade do povo brasileiro.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, também gostaria de fazer algumas considerações sobre o SUS e sobre o projeto do ilustre Deputado Carlin, que está de parabéns. O seu projeto representa o sonho de prestar assistência digna ao cidadão, conforme determina a Constituição; é a promessa de uma sociedade organizada que se propõe, ao longo do tempo, a materializar a verdade estabelecida pela Constituição, ou seja, a saúde é dever do Estado e direito do cidadão. Todos temos família, com a qual nos preocupamos, e sofremos porque a doença nos faz padecer. Aliás, "pathos", em grego, da palavra patologia significa padecer. Historicamente, o povo brasileiro tem padecido. O SUS foi uma promessa de 1988. Os Deputados sonharam com uma vida melhor. Para elaborarmos leis, temos de vislumbrar a possibilidade de o sonho se tornar realidade. Em seu projeto, Carlin Moura quer aperfeiçoar os protocolos médicos e os serviços médicos credenciados incluídos na Lei nº 16.279. Ele não inovou, apenas detalhou. A burocracia, quando é grande demais, passa a ter poder de polícia. Durante sua formação, os médicos conhecem os protocolos. Em seu projeto, pede valor de conta. Quanto custa isso, quanto custa aquilo, se o paciente é diabético, se não é. Imaginem a dificuldade da relação entre o médico e o paciente, que dispõem de pouco tempo. Às vezes o médico é obrigado a atender 40, 50 pacientes em um único dia, no ambulatório ou no pronto-socorro, antes da internação. Conseqüentemente, não dispõe de tempo para conversar com a família, se tiver de inquirir a respeito de quanto custa isso, de quanto custa aquilo, se foi feito isso, se foi feito aquilo. No passado, quando as técnicas da saúde ainda eram insipientes, muitas vezes, durante uma transfusão de sangue, transmitia-se o "Trypanosoma cruzi", causador da doença de Chagas, de um paciente para o outro. Durante uma cesariana ou uma rápida hemorragia, não havia protocolo. Hoje, está tudo organizado, e subentende-se que o médico credenciado pelo SUS tem a qualificação necessária. O hospital conveniado, particular, tem determinada forma de trabalhar. Vocês sabem muito bem como são as empresas privadas. O projeto do Carlin é importante porque chama a atenção para a saúde e desperta em nós a responsabilidade para com a saúde no Brasil. Obama

pretende destinar trezentos e tantos bilhões para a saúde, mas isso é outra coisa. No Brasil, há uma construção permanente do SUS, mas precisa haver empenho nos três níveis de governo. O governo federal não está gastando os 10% do orçamento, o que não está claro na Constituição. Na minha opinião, a Emenda nº 29 precisa ficar clara. O Adelmo, o Arlen Santiago e outros Deputados falam todos os dias a respeito dos custos no tratamento de câncer. Os médicos credenciados pelo SUS não têm tempo nem para conversar com o paciente e teriam mais dificuldade ainda ao serem questionados sobre essa cartilha. Isso porque o paciente não quer conversar com o administrador do hospital, e sim com o médico. Há deficiências nos três níveis e necessitamos trabalhar sem visão ideológica. A vida não tem compromisso com a ideologia, tem compromisso com a própria vida. Muitas vezes, discutimos posicionamentos ideológicos, mas o que temos de fazer é uma verdadeira comunhão em torno da saúde, das questões da educação, e trabalhar em prol da verdadeira justiça social. Carlinhos, o seu projeto é bem-vindo, mas da forma como foi apresentado, muito detalhado, tem quase um poder de polícia sobre o profissional médico, que já se encontra por demais sacrificado e é mal remunerado. É por isso que a medicina se encontra desse jeito. E pelo que o SUS mostra ao Brasil, só está faltando, ao se projetar um hospital ou um posto de saúde, o engenheiro desenhar a fila. E a fila é sinal de indiferença governamental, indiferença deste Parlamento que pode mudar muita coisa, mas não o faz, haja vista o Congresso Nacional, as reformas que não acontecem, eleições de dois em dois anos. Não consertaremos a saúde dessa forma, pois, com eleições a cada dois anos, todos se acomodam porque não querem contrariar alguma coisa que necessita mudar de rumo. E se acomodam no poder. Mais uma vez, convido todos a se debruçarem sobre o assunto saúde-educação, que é o binômio mais importante do aspecto existencial, porque abrange muitas vertentes e dimensões da vida, o que traz padecimento crônico. As dificuldades são muitas. Muitas vezes conseguimos até atender um paciente com um pacote, o que não se consegue pelo SUS. Depois, ele volta para o SUS, que lhe diz que não o atende mais. E quanto à referência, sobre o tratamento fora do domicílio ninguém sabe quem pagará a conta. Peço o comparecimento do Secretário e dos demais profissionais da saúde para nos explicar como é esse funcionamento. Eu até o conheço, mas ele não funciona. Você quer enviar um doente de uma referência para outra, para um tratamento fora do domicílio, para macrorregiões, e isso não está funcionando bem. Precisa ser melhorado e, para tanto, é necessário gastar dinheiro. Obrigada.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, toda vez que travamos discussão sobre o SUS, sempre faço uma reflexão muito clara: dinheiro para tratar o doente, para operá-lo, não tem. Esse está faltando. Mas dinheiro para construir PSF em todos os lugares, que não funcionam, tem. E o mais interessante: são poucas as empresas contratadas para construir PSF, que não está funcionando embora esteja custando caro, uma fortuna para o sistema de saúde, sem lhe dar retorno algum. Para isso tem dinheiro. Há dinheiro para comprar ultra-som, para se fazer política e convênio com as Prefeituras. Só que esses ultra-sons estão lá servindo de banco, não funcionam, pois não existe médico, e não existe médico porque não há demanda. Mas para isso há dinheiro, porque isso tem gordura. Então, dá para tirar um pouco dessa gordura para alguém. Existe muito dinheiro para se comprar ambulância e distribuí-la de qualquer forma; há dinheiro para se comprar UTI, como acontece lá na minha cidade, onde existe um consórcio de saúde que não tem condições de manter a UTI; por isso, ela está parada. A Prefeitura e o próprio consórcio não têm como manter a ambulância-UTI 24 horas por dia. As pessoas continuam morrendo, necessitando de UTI, mas a ambulância fica lá parada. Para isso há dinheiro. Agora, não há dinheiro para se tratar a saúde, porque a corrupção na saúde é muito grande. Há uma corrupção terrível na compra de medicamentos. Há problemas dentro dos próprios hospitais. E, no SUS, o problema é ainda muito maior. Deputado Hely Tarquínio, não podemos dizer que não há dinheiro, porque há muito dinheiro. Agora, infelizmente, a corrupção é muito maior. Na legislatura passada, Deputado, a Assembleia tentou fazer uma CPI sobre os R\$40.000.000,00 em remédios que o atual Secretário jogou fora porque estavam com o prazo de validade vencido, mas o governo abafou. Ora, são R\$40.000.000,00, e não 40 mil-réis. Não há dinheiro que beste, não há saúde que agüente essa corrupção no SUS. Dinheiro para o Secretário de Saúde fazer convênio para a sua campanha eleitoral, tem e muito. Todos sabem quanto o Secretário recebeu para ganhar o mandato aqui, na Assembleia Legislativa, que nem assumiu. Para isso, tem dinheiro. E para os seus apadrinhados, para os Prefeitos que querem apoiá-lo, também tem dinheiro. Deputado Padre João, esqueceram-se desse SUS Fácil que inventaram. Hoje, o Judiciário, o Ministério Público e a Assembleia Legislativa estão debaixo da asa do Governador, porque a quantidade de gente que está morrendo por causa do SUS Fácil é um absurdo. Podemos dizer que ocorre genocídio na área da saúde, pois ficam brincando com os pacientes. Às vezes, um paciente na minha cidade de Pará de Minas precisa vir para um hospital de referência em Belo Horizonte, mas, aí, surge uma vaga no Sul de Minas, e lá vai a ambulância gastando um dinheirão. Mas a pessoa acaba morrendo, porque lá não existe o tratamento necessário. Como disse o Deputado Hely Tarquínio, não há reação da classe política, do Judiciário, do Ministério Público, que, infelizmente, se calou perante as ações do governo que deveria fiscalizar. Em vez de ficar fiscalizando o uso de bebida alcoólica no Mineirão, deveria fiscalizar quantas pessoas estão morrendo nas filas dos hospitais, as obras do PSF, etc. Estive numa cidade do Norte de Minas e vi uma situação de grande pobreza: o hospital está com apenas 1/3 do seu funcionamento, um posto de saúde nos fundos e, ao lado, um PSF sem funcionar. Isso é corrupção, é jogar fora aquele dinheiro que falta para fazer o atendimento, para pagar o médico e o hospital. O SUS tem de ser discutido, porque essa é a realidade. Muitas vezes, as pessoas não querem levantar essa discussão, mas apenas florear o Sistema. Não resta dúvida de que ele é bom, mas, infelizmente, há muita corrupção. Nunca se jogou tanto dinheiro fora na área da saúde, os valores são astronômicos. Há muita gordura para queimar. Podem tirar a gordura. E é o que está acontecendo? Preocupam-se mais em levar vantagem que em atender ao nosso povo, que está sofrendo, principalmente em Minas Gerais, com o tal de SUS Fácil, que foi inventado pelo atual Secretário de Saúde.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, lembro-me de que, quando era criança, quando não tinha carteira assinada era internado como indigente. O SUS é, de fato, um avanço no nosso país, é um projeto muito importante para o povo brasileiro e já salvou muitas vidas. V. Exa., que é médico, pode confirmar isso. Não significa que já estejamos atendendo no ponto ideal ou necessário. Temos de avançar muito mais, ser realistas e colocar o dedo nas feridas. Há necessidade de mais investimento. É preciso que a Emenda à Constituição nº 29 seja cumprida. Estão falando do governo federal, mas o governo do Estado não tem investido na saúde conforme exige a lei. Há muito problema de gestão. Compete aos governos municipais a gestão do SUS, mas muitas Prefeituras não priorizam a saúde. Como exemplo, cito Betim, cuja atual estrutura de saúde foi construída há cerca de 12 anos, quando Maria do Carmo foi Prefeita, de 1993 a 1996. Nessa época, havia em Betim 180 mil habitantes; hoje, são 430 mil, mas a estrutura é a mesma. Trata-se de uma questão de gestão. Outro sério problema é a corrupção. É preciso haver controle social. Muitas vezes, os políticos não gostam do controle social. Temos de defendê-lo e implantá-lo. Havendo controle social, acaba-se com a corrupção. Com o empenho dos poderes públicos, dos movimentos sociais organizados e das lideranças populares, devemos fazer o controle social. Não é por haver desvios e por não estar dando certo que não temos de investir mais. Temos de investir mais e controlar cada centavo do recurso público. O projeto do nosso companheiro Carlin Moura pretende que os usuários tenham informações sobre seus direitos. Assim, seus direitos serão garantidos. A pessoa idosa tem direito a acompanhante, mas nem sempre o pobre coitado, sem informação, sabe que sua mãe ou avó pode ficar no hospital com acompanhante. Nem todo hospital tem essa clareza e lhe dá esse direito. Carlin Moura, quero cumprimentá-lo pelo projeto. Temos de investir mais na saúde, fazer o controle social e uma gestão mais eficiente. Também temos de acompanhar os Executivos Municipais e apoiá-los. Muitas Prefeituras pequenas precisam investir na formação de seus profissionais. Tem de haver unidade entre os três governos para se investir na formação dos profissionais. Paralelamente, temos de informar os usuários sobre os seus direitos, para garanti-los. Uma coisa não inviabiliza a outra; ao contrário, elas se somam para que a saúde seja garantida a todas as cidadãs e a todos os cidadãos brasileiros. Que haja justiça e igualdade. É preciso haver união de esforços suprapartidária. Que a saúde não seja motivo de disputa partidária, pois o partido da saúde do povo brasileiro é muito maior que qualquer partido.

O Deputado Weliton Prado - Não poderia ficar de fora deste debate, depois de fazer uma reflexão sobre o nosso papel como Deputados Estaduais, pois temos o papel de fiscalizar o Poder Executivo, o governo do Estado. Se fizermos um levantamento, veremos que isso é vergonhoso. O Tribunal de Contas já fez um comunicado ao Estado, como também o Tribunal de Contas da União e o Conselho Nacional de Saúde, pois o governo de Minas não investe o que deveria investir em educação. O déficit, nos primeiros quatro anos do governo atual, chega a mais de R\$4.000.000.000,00. É muito alto o déficit do governo na área da saúde. Ele não cumpre o que determina o Conselho Nacional de Saúde em relação à Emenda nº 29, que é a aplicação de 12%. Vamos ver qual vai ser a justificativa dele em relação aos servidores públicos, em cujos contracheques é descontado percentual que vai para o Ipsemg. Os servidores não têm direito ao atendimento de saúde. A situação, no interior do Estado, é lastimável. Fecharam, no Norte de Minas, postos do Ipsemg. Parece-me, salvo melhor juízo, que fecharam vários postos de atendimento, em Janaúba inclusive. A situação é muito difícil para os servidores públicos. O Deputado Antônio Júlio colocou muito bem que já foram perdidos mais de R\$40.000.000,00 em remédios. Deve haver mais investimento na saúde. A questão de esgotos é também muito séria. Mais uma vez, a população paga e não tem tratamento de esgoto. Mais de 50% da área atendida pela Copasa não tem tratamento de esgoto, mas a população paga muito caro por esse serviço. Uma das tarifas mais caras do Brasil é a tarifa de água da Copasa, e esse é um serviço essencial. Gostaria de fazer uma ressalva, se o Deputado Antônio Júlio concordar, dizendo que, no Ministério Público e no Judiciário, há muita gente séria e competente. Quero parabenizar, mais uma vez, o Promotor Antônio Baeta. Já entramos com uma representação sobre o

assunto, e o Ministério Público a encaminhou. Conseguimos uma liminar para suspender o aumento da água da Copasa, que seria cobrado a partir de março. Seriam 8,65%. A água já estaria mais cara a partir de agora, mas, graças às ações, conseguimos reverter o processo. Entramos com três representações junto ao Ministério Público, e todas foram acatadas pelo Promotor. Isso deu resultado. Caso contrário, o valor da água hoje seria mais caro em mais de 500 Municípios do Estado. Em todos os Municípios atendidos pela Copasa, o valor da água seria mais caro. Graças a essa representação, conseguimos impedir o aumento da água, que é totalmente ilegal, porque não há uma agência para regular o setor. Hoje quem determina o valor é praticamente a própria Copasa, é a raposa tomando conta do galinheiro. Por falar no Judiciário, queria parabenizar o Juiz João Erci, de Uberlândia, que teve a coragem de cumprir a legislação e determinou a redução do valor da passagem daquela cidade, que já aumentou duas vezes e sem licitação. Por medida liminar, ordenou que o valor retornasse para R\$1,90, mas, infelizmente, ontem tal liminar foi suspensa pelo Desembargador. Discordamos da maneira como isso foi feito. Recebemos até informações de que o Prefeito se reuniu ontem com alguns Desembargadores em Belo Horizonte, o que motivou uma decisão política em relação a essa situação. Isso nos preocupa muito. Vamos ficar atentos e acompanhar essa questão. Mas deve-se fazer justiça ao Juiz de Uberlândia, que teve de coragem de fazer valer a legislação e determinar a redução do preço da passagem ao valor anterior, de R\$1,90, porque já houve dois aumentos sem licitação. Parabéns, então, ao Juiz João Erci. Vamos acompanhar o processo em Belo Horizonte. Procuraremos todas as informações em relação ao que realmente aconteceu, para ver se houve, de certa forma, uso da força política para motivar uma decisão judicial, o que não podemos aceitar. Quero agradecer e, mais uma vez, comemorar o fato de conseguir impedir o aumento nas contas da Copasa. Vamos continuar lutando, esperando que a medida não caia e que a tarifa de água não aumente em Minas Gerais.

O Deputado Doutor Rinaldo - Sr. Presidente, quando se fala em saúde, não podemos deixar de nos pronunciar. As pessoas conhecem o meu trabalho, as minhas bases sabem que estamos sempre lutando por uma saúde melhor. Quando um colega aborda a questão de verbas para a saúde, temos de complementar a sua fala, porque está nas mãos do nosso Presidente regulamentar a Emenda nº 29. É claro que é necessária a participação do Congresso, mas com uma palavra do Presidente Lula será resolvido todo esse problema das verbas para a saúde. A sociedade brasileira clama pela regulamentação da Emenda nº 29, que vai determinar, para Governadores e Prefeitos, o valor mínimo a ser aplicado em saúde. A matéria está no Congresso há muito tempo. Sabemos que ainda falta vontade política do nosso Presidente, que, aliás, ajudei a eleger. Subi no palanque, fui um de seus cabos eleitorais na região Centro-Oeste de Minas Gerais por confiar nele. Confio nele como a grande maioria do povo brasileiro. É um grande Presidente. O nosso país está melhorando, está conseguindo passar muito bem por uma crise internacional. Se Deus quiser, não será tão afetado. Porém, deixa a desejar na questão da saúde. Precisamos regulamentar a Emenda nº 29. Depende só do nosso Presidente. Basta ele dizer "Gente, quero que o Congresso faça isso", e imediatamente estará regulamentada a Emenda nº 29 e solucionado esse grande problema da falta de verbas.

Quando o nosso colega Mosconi, à época Deputado Federal, foi Presidente do Inamps, os recursos para tratar apenas de trabalhadores com carteira assinada e sua família eram mais que o dobro dos recursos federais para tratar a saúde hoje. Temos de fazer um grande movimento, então. Esta Casa agiu; já solicitamos ao Congresso e ao Presidente que regulamente a Emenda nº 29, que resolverá as questões da saúde. Fica aqui mais esta fala para complementar o pronunciamento do colega do PT, que disse, e bem, que precisamos reivindicar melhorias para a saúde. Mas ele se esqueceu da Emenda nº 29, para regulamentação da qual basta vontade política do nosso Presidente. Muito obrigado pela cessão da palavra.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Inicialmente, Doutor Viana, quero agradecer a oportunidade de também fazer uma reflexão sobre a saúde no Brasil, como direito de cidadania e dever do Estado em todos os níveis. Não tenho dúvida de que a vontade do Presidente é muito expressiva. Como disse o Doutor Rinaldo, o Presidente manifestar-se é um fator muito positivo, porém não é determinante, Deputado. Se fosse assim, a Emenda nº 29 já teria sido regulamentada, porque o Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, já demonstrou publicamente, em várias reuniões - e podemos fazer o levantamento dessa história -, sua disposição e seu desejo de que isso aconteça. Se analisarmos os dados, pareceres e reflexões dos órgãos mais importantes do Brasil que tratam da saúde, os conselhos municipais e estaduais e o Conselho Nacional de Saúde, também verificaremos que as ações governamentais são diferenciadas, do ponto de vista da aplicação dos recursos no setor de saúde.

Eu também gostaria que a Emenda nº 29 já tivesse sido regulamentada. Não sendo, quem deveria manifestar seu cumprimento ou não? A quem deveríamos procurar para saber do seu cumprimento ou não? No meu entendimento, deveria ser o órgão de maior expressão no setor de saúde. Mais que a Presidência da República ou o Congresso Nacional neste momento, seria o Conselho Nacional de Saúde, que tem uma avaliação e uma visão de toda a aplicação dos recursos no País.

Tem sido demonstrado que os Municípios, na sua grande maioria, aplicam o mínimo constitucional. Muitos deles, aliás, ultrapassam o limite desse mínimo, não aplicando na saúde somente 15% dos recursos, mas 18% ou 20%. Alguns Municípios extrapolam o limite de 30% de toda a sua arrecadação, aplicando seus recursos na saúde, mas eles sozinhos não dão conta. A União, segundo o Conselho Nacional de Saúde, Doutor Rinaldo, está adimplente, cumpre com o mínimo constitucional de acordo com a determinação da Emenda nº 29. Quem não cumpre? A maioria dos Estados brasileiros. Quem não deseja a regulamentação da Emenda nº 29? Uma conclusão óbvia: aqueles que não cumprem e não querem cumprir a ordem constitucional vigente com a Emenda nº 29 - e incluímos majestosamente aqui o Estado de Minas Gerais. Este Estado, que tem demonstrado com tanta jactância os benefícios conquistados, deixa de aplicar no setor de saúde milhões de reais. Às vezes, gasta um pouco dos seus recursos, personalizando algumas ações positivas e dizendo que a D. Maria ou seu filho, em Patrocínio ou Patos de Minas, onde há um hospital com um sistema de UTI, recebeu muito bom atendimento, que tal sistema atende muito bem fulano ou sicrano. Entretanto, não mostram a quantidade de pessoas que estão na fila, que dependem, que necessitam da assistência à saúde e querem ser assistidas. Essas pessoas não recebem assistência, devido à não-aplicação dos recursos mínimos. O Estado de Minas Gerais não cumpre a ordem constitucional. A regulamentação da Emenda nº 29 imporia a mais de uma dezena de Estados brasileiros e ao Estado de Minas Gerais a aplicação de recursos no sistema de saúde, mais do que hoje é destinado à área de saúde. Portanto, quem não deseja a regulamentação da Emenda nº 29 não é o Presidente Lula, mas principalmente quem hoje não cumpre a ordem constitucional vigente. Assim, a pressão no Congresso Nacional, por meio de seus parlamentares, torna-se enorme e, como o Estado manda nos seus parlamentares, verificamos o retardo, o atraso na regulamentação de uma emenda fundamental para garantir mais recursos no setor de saúde, principalmente nos Estados da União brasileira.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/2/2009

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Chico Uejo, Ronaldo Magalhães, Sebastião Costa e Ademir Lucas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão e fixar dia e horário de suas reuniões ordinárias, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Ronaldo Magalhães para atuar como escrutinador. Feita a apuração dos votos, verifica-se a eleição, para Presidente, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e, para Vice-Presidente, do Deputado Chico Uejo, ambos por unanimidade. O Presidente "ad hoc" proclama o resultado da eleição e passa a Presidência ao Vice-Presidente eleito, Deputado Chico Uejo, que o declara empossado como Presidente. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva assume a direção dos trabalhos, agradece a confiança nele depositada e declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Chico Uejo. A Presidência comunica que a Comissão se reunirá ordinariamente às

terças-feiras, às 9h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Padre João - Delvito Alves - Chico Uejo - Ronaldo Magalhães.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/2/2009

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão; a seguir, determina a distribuição das cédulas de votação devidamente rubricadas, e convida o Deputado Lafayette de Andrada para atuar como escrutinador. Feita a votação e a contagem dos votos, o escrutinador anuncia que foram registradas cinco cédulas de votação, e que os Deputados Zé Maia e Jayro Lessa obtiveram cinco votos cada um, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Ato contínuo, o Presidente "ad hoc" faz a proclamação dos eleitos, declara empossado como Presidente o Deputado Zé Maia, e passa-lhe a Presidência dos trabalhos. Registra-se a presença do Deputado Adelmo Carneiro Leão. O Deputado Zé Maia agradece a escolha de seu nome e em seguida dá posse ao Vice-Presidente, Deputado Jayro Lessa. O Presidente comunica que, em comum acordo com os Deputados membros da Comissão, as reuniões ordinárias serão realizadas às quartas-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio - Juarez Távora.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/2/2009

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Juninho Araújo, Getúlio Neiva, Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Getúlio Neiva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas e convida o Deputado Carlin Moura para atuar como escrutinador. Feita a contagem dos votos, verifica-se que foram eleitos, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente a Deputada Gláucia Brandão e o Deputado Juninho Araújo, ambos com cinco votos. O Presidente "ad hoc" declara empossada a Presidente eleita, a quem passa a direção dos trabalhos. A Deputada Gláucia Brandão dá posse ao Vice-Presidente e comunica que as reuniões ordinárias se realizarão às quartas-feiras, às 15 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Carlin Moura - Getúlio Neiva.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/2/2009

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Vanderlei Miranda e Jayro Lessa (substituindo este ao Deputado Ruy Muniz, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Jayro Lessa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Sras. Edinamar Aparecida da Silva Costa, Juíza de Direito em substituição legal da Comarca de Araguaari, encaminhando para tomada de providências cópia de documentos referentes ao Processo Criminal nº 035 08 133316-9, e ao processo do Sr. Clodoaldo Vieira Gil, vítima de agressões por parte de policiais militares; Maria Rosa Ferreira Gonçalves, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e da Comissão Municipal dos Usuários de Transportes Públicos de Santa Luzia, solicitando tomada de providências com relação ao mau atendimento no que se refere ao pedido de realização de audiência pública com o objetivo de solucionar os problemas do sistema de transporte naquele Município; Sandra Maria da Silva, Presidente da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais, solicitando empenho da Comissão na apreciação do Projeto de Lei nº 1.839/2007, que regulamenta o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - e dá outras providências; Margarida Martins Salomão, encaminhando à Comissão a revista "Onda Jovem", edição nº 13; da Casa de Pastoral Comunitária, Cáritas Arquidiocesana, Ceps, CPT de Montes Claros, desejando aos membros da Comissão feliz Natal; e dos Srs. Paulo Freitas de Oliveira, Gerente de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de Impacto da Secretaria Municipal Adjunta de Meio Ambiente, encaminhando à Comissão material informativo sobre as instalações denominadas Estações de Rádio Base das antenas de telefonia celular; Paulo Wander de Alvarenga, de Campo Belo, vítima de perseguição política, solicitando sua participação em reunião da Comissão para relatar os fatos; Emerson da Silva de Oliveira e outros presos do Presídio de Piumhi, pedindo tomada de providências com relação a situação precária desse estabelecimento prisional; Paulo Emílio Gonçalves, Gerente Regional de Assistência Social Centro-Sul da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, convidando a Comissão para participar da assembleia regional das Comissões Locais de Assistência Social Centro-Sul; Ronaldo Souza Borges, Juiz de Direito da Comarca de Minas Novas, solicitando tomada de providências para obter vaga para cumprimento de Medida de Segurança imposta ao sentenciado João Martins Ferreira, recolhido na cadeia pública desse Município; Serlon Silva Santos, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Patrocínio, encaminhando cópia de documentos para tomada de providências para a transferência de presos recolhidos na cadeia pública local, tendo em vista a péssima situação em que se encontra esse estabelecimento prisional; do Deputado Sebastião Helvécio, acusando o recebimento das notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária desta Comissão; Helder Santos Amorim, Procurador do Trabalho, informando que os autos do Procedimento Preparatório nº 524/2008, tendo como investigada a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, poderão ser consultados na Secretaria da Codin, nessa Procuradoria; Danilo Moreira, Presidente do Conselho Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando material de apoio e resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventude; Marco Aurélio Santos Soares, preso na Penitenciária Dr. Pio Canedo Soares de Pará de Minas, pedindo ajuda à Comissão para o seu processo criminal; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Luciana Nobre de Moura, Corregedora da Secretaria de Defesa Social (13/12/2008); Elayne Lúcia Nogueira Cruz Oliveira, Superintendente de Polícia Técnico-Científica (5/2/2009); e dos Srs. José Bonifácio Borges de Andrada, Advogado-Geral do Estado; Paulo Roberto Takahashi, Superintendente da Sudecap; Alvaro Ciarlini, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (13/12/2008); Osmar Machado Fernandes, Corregedor Nacional do Ministério Público (19/12/2008); Jurandy José Teixeira das Neves, Presidente da Câmara Municipal de Bertoga (SP); Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Jairo Cruz Moreira, Promotor de Justiça (17/1/2009); Álvaro Ciarlini, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça; Dilzon Melo, Secretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (24/1/2009); Sebastião de Abreu Ferreira, Superintendente Regional Substituto do DNIT no Estado de Minas Gerais (5/2/2009). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia),

compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (12) em que solicita seja encaminhado ao Coordenador do CAO-DH, à Corregedoria da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para apuração de possível perseguição policial ao jovem Peter Thomas Martins Rocha; seja encaminhado ao Sr. Edson Feital, Juiz da 2ª Vara de Tóxicos, pedido de providências para a agilização da tramitação do processo em que figura como réu Peter Thomas Martins Rocha; seja encaminhado à Sra. Advane de Souza Moreira, Promotora do Trabalho, pedido de providências para apuração de possíveis perseguições aos trabalhadores da Prossegur; sejam realizadas reuniões, com convidados que menciona, para, em audiência pública, obter esclarecimentos sobre abuso e arbitrariedade que policiais militares teriam praticado contra professores de artes marciais em janeiro deste ano; debater a situação da perícia técnica científica e os direitos humanos; debater a situação da mulher na sociedade em comemoração ao Dia Internacional da Mulher; debater a situação das favelas localizadas nesta Capital; seja realizado ciclo de debates em agosto, para debater os 30 anos da publicação da Lei da Anistia; seja realizada Conferência Estadual da Igualdade Racial em maio, com a participação da Comissão, organizada pela Gerência de Projetos Institucionais desta Casa; seja realizada visita da Comissão à Delegacia do Bairro PTB de Betim, tendo em vista a reclamação recebida de que 13 menores se encontrariam presos na unidade em situação de afronta aos ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente; e Vanderlei Miranda em que solicita seja encaminhado ao Ouvidor-Geral do Estado pedido de providências para apurar o vazamento de informações de denúncia feita sob sigilo e para serem adotadas medidas para que tais fatos não ocorram. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convida os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Vanderlei Miranda - Antônio Genaro - Ruy Muniz.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/2/2009

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Gustavo Valadares, Tiago Ulisses e Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é inscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe os seguintes requerimentos, que serão apreciados oportunamente: do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita: a realização de audiência pública para debater as ações do Departamento Nacional de Produção Mineral no Estado; a realização de audiência pública no Município de São Thomé das Letras para debater a real situação da atividade de quartzito naquele Município; a realização de uma visita ao Município de Jacutinga para conhecer as obras de implantação do Gasoduto Paulínia a Jacutinga; do Deputado Gustavo Valadares em que solicita a realização de audiência pública com a finalidade de obter informações sobre o alto potencial de exploração de gás no Médio São Francisco e sobre os Municípios a serem beneficiados e de fazer levantamento das infra-estruturas aeroviária, ferroviária e hidroviária; do Deputado Weliton Prado em que solicita a realização de audiência pública para debater a exploração de gás natural na bacia sedimentar do São Francisco, em Minas Gerais e para discutir o Projeto de Lei nº 631/2007 e a exploração de recursos hídricos próxima às estâncias hidrominerais do Estado; do Deputado Carlos Pimenta em que solicita a realização de audiência pública no Município de Montes Claros, para discutir e acompanhar as atividades da usina de biodiesel daquele Município; no Município de Riacho dos Machados, para discutir a reabertura da Mina de Ouro desativada há 10 anos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convida os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Rêmoló Aloise - Wander Borges.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE OS VETOS TOTAIS ÀS PROPOSIÇÕES DE LEI Nºs 18.939, 18.941 E 18.953, EM 18/2/2009

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Gláucia Brandão e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Durval Ângelo e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Fábio Avelar. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria Lúcia Mendonça, declara aberta a reunião e, informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar os relatores. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação devidamente rubricadas. Feita a apuração dos votos, são eleitos, por unanimidade, as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Gláucia Brandão para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Ato contínuo, a Presidente "ad hoc" declara empossada como Vice-Presidente a Deputada Gláucia Brandão. A Vice-Presidente, Deputada Gláucia Brandão declara empossada como Presidente a Deputada Maria Lúcia Mendonça, que designa os Deputados indicados entre parênteses como relatores dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 18.939 (Deputado Ivair Nogueira); 18.941 (Deputado Durval Ângelo) e 18.953 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva), em turno único. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convida os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, em 4/3/2009, às 15h30min, para apreciar os Pareceres para Turno Único dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 18.939, 18.941 e 18.953, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente - Gláucia Brandão - Ivair Nogueira - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE OS VETOS PARCIAIS ÀS PROPOSIÇÕES DE LEI Nºs 18.876, 18.877 E 18.947, EM 18/2/2009

Às 15h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Helvécio, Lafayette de Andrada e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Sebastião Helvécio, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão; a seguir, determina a distribuição das cédulas de votação devidamente rubricadas e convida o Deputado Lafayette de Andrada para atuar como escrutinador. Feita a votação e a contagem dos votos, o escrutinador anuncia que foram registradas três cédulas de votação e que os Deputados Sebastião Helvécio e Wander Borges obtiveram três votos cada um, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Ato contínuo, o Presidente "ad hoc" faz a proclamação dos eleitos, declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Wander Borges, e passa-lhe a Presidência. O Deputado Wander Borges declara empossado como Presidente o Deputado Sebastião Helvécio e retorna-lhe a direção dos trabalhos. O Deputado Sebastião Helvécio agradece a escolha de seu nome e em seguida designa os Deputados Lafayette de Andrada, Wander Borges e Domingos Sávio como relatores dos Vetos Parciais às Proposições de Lei nº 18.876, 18.877 e 18.947, respectivamente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convida os membros da Comissão para a reunião extraordinária, de 4/3/2009, às 16 horas, para apreciação dos pareceres sobre os vetos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Sebastião Helvécio, Presidente - Domingos Sávio - Fábio Avelar.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA,
EM 18/2/2009

Às 17h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Elmiro Nascimento, Domingos Sávio, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a estabelecer dia e horário das reuniões ordinárias da Comissão. Em seguida, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Neider Moreira para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado Délio Malheiros e para Vice-Presidente o Deputado Ivair Nogueira, ambos com cinco votos. Registra-se, neste momento, a presença do Deputado Lafayette de Andrada. O Presidente "ad hoc" dá posse ao Presidente eleito, que, após assumir a direção dos trabalhos, empossa o Vice-Presidente, Deputado Ivair Nogueira. Por consenso dos membros, fica decidido que a Comissão se reunirá ordinariamente todas as quartas-feiras, às 10 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Neider Moreira - Ivair Nogueira - Ademir Lucas.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/2/2009

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Gláucia Brandão e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria Lúcia Mendonça, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e determina a distribuição das cédulas de votação, convidando o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para atuar como escrutinador. Registra-se a presença do Deputado Deiró Marra. Efetuada a apuração dos votos, são eleitos, por unanimidade, a Deputada Maria Lúcia Mendonça para Presidente e o Deputado Deiró Marra para Vice-Presidente, sendo ambos empossados nos seus respectivos cargos. O dia e o horário de funcionamento das reuniões ordinárias da Comissão são fixados para as quartas-feiras, às 10 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convoca os membros da Comissão para reunião extraordinária a ser realizada em 19 de fevereiro do corrente ano, às 15 horas.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Deiró Marra, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rosângela Reis.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/2/2009

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Cecília Ferramenta e Rosângela Reis e os Deputados Elmiro Nascimento e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Walter Tosta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a estabelecer dia e horário das reuniões ordinárias da Comissão. Prosseguindo, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Walter Tosta a atuar como escrutinador. Procedida a apuração dos votos, são eleitos como Presidente a Deputada Rosângela Reis e como Vice-Presidente o Deputado Walter Tosta, ambos com quatro votos. O Presidente "ad hoc" dá posse à Presidente eleita, que, assumindo a direção dos trabalhos, empossa o Vice-Presidente, Deputado Walter Tosta. Por consenso dos membros, fica decidido que a Comissão se reunirá ordinariamente todas as quartas-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Rosângela Reis, Presidente - Walter Tosta - Ruy Muniz - Cecília Ferramenta.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA,
EM 26/2/2009

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicitam reuniões de audiência pública: do Deputado André Quintão, para apresentação do balanço das emendas populares ao PPAG voltadas para as políticas de atenção aos direitos das criança e do adolescente e para definir com os movimentos sociais as prioridades de atuação da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente para 2009; do Deputado João Leite, com objetivo de apresentar o balanço das emendas populares direcionadas às políticas de esporte com a participação dos movimentos sociais que participaram da revisão do PPAG 2008-2011; e requerimento do Deputado Eros Biondini em que solicita reunião conjunta da Comissão com as Comissões de Saúde e a de Trabalho, Previdência e Ação Social, para ouvir o Subsecretário de Política Antidrogas a respeito do Centro de Referência do Estado em Álcool e Drogas - Cread. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2009.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - Carlin Moura.

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Delvito Alves, Chico Uejo e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Delvito Alves, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar o relator da matéria. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Vanderlei Jangrossi para escrutinador. Feita a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Delvito Alves e para Vice-Presidente o Deputado Chico Uejo, ambos com três votos. A seguir, a Presidência designa relator da matéria o Deputado Vanderlei Jangrossi. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião a ser publicada, por meio de edital de convocação, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2009.

Delvito Alves, Presidente - Chico Uejo - Tenente Lúcio.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/3/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.865, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.869, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.876, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário e altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, 13.470, de 17/1/2000, e 14.062, de 20/11/2001. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 2º do art. 24 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003, a que se refere o art. 1º da Proposição nº 18.876.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.877, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e a Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 3º do art. 20-I da Lei nº 6.763, de 26/12/75, a que se refere o art. 1º da Proposição nº 18.877.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.922, que altera as Leis nºs 15.293, de 5/8/2004, 15.464, 15.465, 15.466 e 15.467, de 13/1/2005, e 15.961, de 30/12/2005, e cria a carreira de Médico da Área de Seguridade Social. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.939, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Luz. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.941, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Fé. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.947, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.953, que declara patrimônio cultural do Estado o processo artesanal de fabricação do doce denominado pé-de-moleque produzido no Município de Piranguinho. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.956, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo - CET. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre a afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado de Minas Gerais, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2008, do Governador do Estado, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 10/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.996/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.002/2009, do Deputado Célio Moreira.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.948/2008, do Governador do Estado; Projetos de Lei Complementar nºs 23/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 38/2008, do Deputado Weliton Prado; Projetos de Lei nºs 2.858/2008, do Governador do Estado; 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 188/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.307/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.333/2008, do Deputado Padre João; 2.618/2008, do Deputado Vanderlei Miranda; 2.730/2008, do Deputado Domingos Sávio; 2.866/2008, do Deputado Juninho Araújo; 2.872/2008 e 2.969/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 2.979/2009, do Deputado Gil Pereira; 2.986, 2.989 e 2.992/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.010/2009, do Deputado Delvito Alves; 3.012/2009, do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.768 e 2.846/2008, do Deputado Juninho Araújo; 2.898/2008, do Deputado Irani Barbosa; 3.028/2009, do Deputado Inácio Franco; 3.030/2009, do Deputado João Leite; 3.033/2009, do Deputado Wander Borges; 3.038/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.041/2009, do Deputado Inácio Franco; 3.048/2009, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 10/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 749/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 900/2007, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.406/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 10/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 10/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.643/2007, do Deputado Gilberto Abramo; 2.617/2008, do Deputado Sargento Rodrigues.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.311/2008, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 10/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.388/2009, do Deputado Jayro Lessa; 3.402/2009, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15h15min DO DIA 10/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 496/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.976/2007, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.380/2009, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 10/3/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei nº 18.865, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental; à Proposição de Lei nº 18.869, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica; à Proposição de Lei nº 18.876, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário e altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, 13.470, de 17/1/2000, e 14.062, de 20/11/2001; à Proposição de Lei nº 18.877, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e a Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA -; à Proposição de Lei nº 18.922, que altera as Leis nºs 15.293, de 5/8/2004, 15.464, 15.465, 15.466 e 15.467, de 13/1/2005, e 15.961, de 30/12/2005, e cria a carreira de Médico da Área de Seguridade Social; à Proposição de Lei nº 18.939, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Luz; à Proposição de Lei nº 18.941, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Fé; à Proposição de Lei nº 18.947, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais; à Proposição de Lei nº 18.953, que declara patrimônio cultural do Estado o processo artesanal de fabricação do doce denominado pé-de-moleque produzido no Município de Piranguinho; e à Proposição de Lei nº 18.956, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo - CET - ; e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre a afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado de Minas Gerais, da Cartilha dos Direitos do Paciente; 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes; 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica; 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado de Minas Gerais; e 2.752/2008, do Governador do Estado, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Antônio Carlos Arantes, Braulio Braz e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/2009, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nº 3.217/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, os Requerimentos nºs 3.220, 3.221 e 3.222/2009, do Deputado Jayro Lessa, o Requerimento nº 3.249/2009, do Deputado Ademir Lucas, o Requerimento nº 3.291/2009, do Deputado Jayro Lessa, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de março de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/2009, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, com a presença de convidados, o Projeto de Lei nº 2.578/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de março de 2009.

Délio Malheiros, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

11ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 3/3/2009

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Minas Gerais tem o privilégio de ser o berço de grandes nomes da política brasileira, com homens ilustres, honrados e dispostos a enaltecer nosso Estado. Uma dessas figuras a que me refiro, que está à frente do Ministério das Comunicações, é o mineiro Hélio Costa. Nascido em Barbacena, na Zona da Mata, ele é certamente um dos políticos que mais se encorajam a desbravar o mundo.

Filho de humilde casal - um taxista e uma operária -, Hélio Costa, desde cedo, revelou ser um cidadão lutador ao ajudar no sustento da família.

Dos cinco irmãos, foi o único a ingressar numa faculdade. Trabalhou diuturnamente em Belo Horizonte, na Rádio Itatiaia, nos jornais "Estado de Minas" e "Diário da Tarde" e na TV Itacolomi.

Hélio Costa conquistou uma sonhada oportunidade na Rádio Voz da América, nos Estados Unidos, quando passou a falar para várias nações. Talvez seja o mineiro que mais tenha viajado pelo mundo, pois conheceu mais de 70 países. Mais tarde, comandou a implantação da sucursal internacional da Rede Globo nos Estados Unidos.

O respeitado comunicador decidiu usar sua experiência a favor do povo ingressando na política. Em 1986 foi eleito Deputado Federal constituinte. Como parlamentar, apresentou mais de 100 emendas à Constituição Federal, a maioria em defesa dos direitos do trabalhador. Por sua atuação como Deputado e Senador, obteve reconhecimento de mais de mil sindicatos no Brasil. Hélio Costa foi considerado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o mais importante órgão de avaliação do poder público, que representa milhares de entidades sindicais dos trabalhadores brasileiros, como um dos parlamentares mais presentes e influentes do Congresso.

Outra atuação de Hélio Costa que merece ser lembrada é o seu trabalho, realizado de forma decisiva, para que a Cemig, a Copasa e a Hidrelétrica de Furnas continuassem na casa dos mineiros. Ele também contestou o bloqueio de recursos para Minas. Em 2005 assumiu o Ministério das Comunicações, com importantes compromissos: promoção da inclusão digital, ampliação das rádios comunitárias e implantação da TV digital no Brasil. O povo brasileiro percebeu que essas propostas não ficaram no papel e já sustentam uma mudança significativa no cotidiano. No que se refere à TV digital, a intenção é fazer com que essa nova tecnologia esteja acessível a todos, de maneira aberta e gratuita.

Uma das preocupações de Hélio Costa é com a democratização do acesso da população à internet em banda larga e à telefonia.

O Ministro também ampliou o programa de inclusão digital. Com isso permitiu que milhares de estudantes carentes e trabalhadores tivessem acesso à internet e a programas de educação a distância. A pretensão é fazer com que, até o ano que vem, as 55 mil escolas públicas federais, estaduais e municipais estejam conectadas à internet banda larga.

Outro resultado do projeto de inclusão digital são os telecentros. Dezenas de cidades do interior de Minas e de várias partes do Brasil já ganharam uma unidade com acesso gratuito à internet de alta velocidade: computadores, telão, equipamentos de informática e orientadores.

Uma das mais recentes medidas, que atinge diretamente milhares de pessoas, é a portabilidade numérica. Hélio Costa defendeu veementemente o direito de o consumidor mudar de operadora e manter o número do telefone fixo ou celular.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Deputado Ivair Nogueira, Deputados, Deputadas, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento em homenagem a um dos homens mais importantes da política nacional hoje. Estamos falando do Ministro Hélio Costa, que deu uma contribuição muito grande ao País, ao nosso partido, o PMDB, e ao Presidente Lula, logo na primeira crise vivida pelo governo, que foi a questão do "mensalão". O Ministro Hélio Costa teve um papel fundamental nessa travessia, num momento de grande turbulência política e de grandes dificuldades para o País. Hélio foi o grande timoneiro, sem aparecer. Talvez por sua experiência ou por sua forma de agir, em nome do nosso país, do nosso partido e do nosso povo, conseguiu atravessar aquela grande turbulência, ajudando o Presidente Lula, o que foi muito importante.

Depois desse episódio, que contou com a participação do nosso Ministro, o governo de Lula passou por outras turbulências, mas nada que atingisse o nosso Presidente, porque ele teve e tem o respaldo do nosso partido, em especial o do Ministro Hélio Costa.

O pronunciamento de V. Exa. mostra a trajetória do Senador Hélio Costa, como Ministro e homem público que é. Em sua disputa ao governo do Estado de Minas Gerais, quase foi eleito. Por falar em eleição, há comentários a de que ele perdeu por menos de 0,5% dos votos. Por tudo isso, o Ministro Hélio Costa merece todas as homenagens do povo mineiro. Trata-se de uma figura importante, um homem que tem credibilidade perante a mídia nacional e o povo, por tudo que V. Exa. disse a respeito dele, que enfrentou até as multinacionais de telecomunicações em prol dessas modificações, permitindo, assim, que a portabilidade fosse feita e que houvesse outras operadoras. Também melhorou, e muito, a TV digital, e o rádio digital agora está chegando. Tudo partiu dele, é proposta dele, que é um homem que conhece não só a área em que atua, mas também a estrutura e a necessidade de todo o nosso continente. Ele conhece as necessidades de qualquer Estado, por mais longínquo que seja, porque lá também já chegou a telefonia. E hoje o grande sonho dele é instalar internet banda larga em todas as escolas do Brasil, especialmente nas de Minas Gerais.

Alguém, Deputada Maria Tereza Lara, perguntou ao Hélio Costa o porquê de ele ter investido tanto nessa inclusão digital no nosso Estado, e ele respondeu, com muita categoria e sabedoria, como outros também já o fizeram, o seguinte: "Eu sou de Minas Gerais". Isso quer dizer que, para ele, em primeiro lugar está o seu Estado. Primeiro atende o próprio Estado para depois atender os demais, como ele está fazendo.

Deputado Ivair Nogueira, isso aconteceu uma vez com o Padilha, na época Ministro dos Transportes. Quando lhe perguntaram por que fazia obras só no Rio Grande do Sul, ele respondeu da mesma forma: "Eu sou gaúcho, eu sou do Rio Grande do Sul. Se eu não fizer, quem é que vai fazer pelo nosso Estado?". Isso mostra a categoria do Ministro Hélio Costa, a sua capacidade e liderança.

Portanto, gostaria de dar os nossos parabéns e render todas as homenagens ao Senador Hélio Costa.

O Deputado Ivair Nogueira - Obrigado, Deputado Antônio Júlio. A portabilidade numérica passou a valer desde ontem, em todo o País. Outro avanço foi a ampliação das rádios comunitárias. Pensando no direito de todos os mineiros de acompanhar o trabalho dos Deputados Estaduais, possibilitou-se que a TV Assembleia passasse a ser uma emissora aberta.

O trabalho de Hélio Costa não se resume ao Ministério. Como membro do maior partido político no Brasil, o PMDB, ele acompanha minuciosamente os rumos da política em Minas e no Brasil, consciente da necessidade de Minas chegar à Presidência da República. Hélio Costa tem buscado, dentro do PMDB, apoio ao Governador Aécio Neves e manifestado que nosso partido está de braços abertos para receber Aécio Neves.

Quero aqui destacar também o trabalho do Presidente do nosso partido em Minas, o Deputado Fernando Diniz, que tem trabalhado de maneira incessante, desde as bases, para fortalecer o projeto político peemedebista.

Diante do que foi exposto, Hélio Costa, sem dúvida, tem bagagem política para representar o PMDB em um dos cargos de maior expressão no País, o de Governador de um dos Estados mais importantes do Brasil. Minas Gerais tem experimentado os resultados de uma administração transparente e coerente com os anseios de seu povo. Com o Governador Aécio Neves, Minas respira trabalho e conquistas; com Hélio Costa dando prosseguimento a esse projeto, o povo mineiro vai-se orgulhar ainda mais de sua terra.

O PMDB é comunhão de opiniões, espaço de debate e reflexo do desenvolvimento de uma proposta conjunta. É por isso que no próximo dia 12

os peemedebistas estarão reunidos em Belo Horizonte. O partido quer ouvir delegados, Prefeitos, Vice-Prefeitos, lideranças, bases e os peemedebistas autênticos. Vamos elaborar um forte projeto político que leve o nome do Ministro Hélio Costa ao Palácio da Liberdade.

Não poderia deixar de ressaltar a importância de Minas aspirar a ter candidato próprio à Presidência da República. Chegou a vez de os mineiros se unirem em torno do nome do nosso Governador, Aécio Neves. Por isso, disse que o Ministro Hélio Costa tem conversado com o Governador, Aécio Neves, um nome que representa o futuro para este país, apesar de sabermos que há outros nomes importantes na disputa para a Presidência da República.

Quando Minas está nessa disputa, não no PMDB, mas dentro do PSDB, entre os Governadores de Minas e de São Paulo, fala-se em pesquisa e apontam-se resultados que ainda não representam uma projeção feita pela opinião pública em relação ao futuro. Como o Governador Aécio Neves propôs que as prévias acontecessem dentro do seu partido, não entrando no mérito do PSDB, entendemos que este momento das prévias e da discussão da melhor proposta significará um avanço na discussão política do País.

O Brasil precisa passar por uma transformação e deixar de aceitar nomes quase impostos pelos partidos. Respeitando a decisão de cada partido, entendo que é preciso fazer uma avaliação do quanto arrecada o governo de São Paulo e do quanto arrecada o governo de Minas para comparar o que o Governador Aécio Neves tem feito por Minas e o que o Governador de São Paulo tem feito por aquele Estado.

Além do mais, o governo federal, por intermédio do Presidente Lula, tem contribuído com recursos cujo significado tem sido importante para São Paulo. Ele tem ajudado Minas, mas a ajuda a São Paulo tem sido maior. Convém lembrar ainda que o último Presidente mineiro foi Tancredo Neves. Chegou a hora e a vez de podermos escolher um mineiro que represente os interesses de Minas Gerais e do País. E esse mineiro, que está à altura de representar o Brasil com suas conquistas, propostas e projetos que já deram certo em Minas Gerais, é o Governador Aécio Neves.

Por outro lado, o Senador Hélio Costa poderia estar na disputa de uma reeleição para Senador, mas há um movimento dentro do partido, de modo que no próximo dia 12 todos os peemedebistas farão um apelo ao Ministro para colocar seu nome na disputa pelo governo de Minas.

Ele já foi quase Governador de Minas e não desistiu. Foi Senador, Ministro das Comunicações e tem feito um trabalho que tem dado uma visibilidade e um respaldo muito grande não só a Minas Gerais, mas ao País. É por isso que, ao concluir meu pronunciamento, deixo esta mensagem para que os mineiros façam uma reflexão: Minas Gerais precisa ter a sua representatividade, a sua voz, a sua força. Se não for agora, tão cedo não teremos oportunidade de ter um Presidente mineiro à frente deste país. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ruy Muniz* - Sr. Presidente, colegas Deputados, com muita alegria ocupo esta tribuna para falar de um dos mais importantes programas na área educacional que vem sendo desenvolvido nos últimos anos, em Minas Gerais. Falaremos hoje sobre o Programa de Educação Profissional - PEP -, que o Governador Aécio Neves lançou no ano passado e que já é vitorioso. Para terem uma idéia, 282 mil jovens se inscreveram para a prova de seleção do PEP, que será realizada no próximo dia 15 de março, quando serão selecionados os alunos que farão os cursos profissionalizantes. São 74 cursos diferentes - técnico de enfermagem, técnico de segurança do trabalho, técnico em meio ambiente -, 74 modalidades de cursos profissionalizantes gratuitos, inteiramente custeados pelo governo de Minas em todas as escolas do Sistema S, escolas particulares, escolas filantrópicas. O Governador Aécio Neves contratou muitas vagas, e já teremos esses cursos neste semestre. A partir de maio, os alunos que farão prova no próximo dia 15 de março iniciarão suas aulas.

Registro que, na minha cidade, Montes Claros, 22 mil jovens se inscreveram, 22 mil pessoas estão querendo fazer o curso profissionalizante, e teremos apenas 1.360 vagas. A maioria ficará de fora. Hoje procurei o Vice-Governador Anastasia para conversarmos sobre isso, a fim de expandirmos a oferta dos cursos no Norte de Minas. Ele, juntamente com o Subsecretário João Filocre, se comprometeu e lançará, a partir de maio, um novo edital para fazer contratação de mais escolas, mais cursos, para que mais pessoas possam fazer curso profissionalizante, preparando-se para o mercado de trabalho e qualificando-se para terem sucesso. Trata-se de um programa vencedor, e o Governador Aécio Neves fará seu lançamento para 2010, inteirando 70 mil vagas. É realmente um número recorde ofertado por um governo de Estado. Minas Gerais sai na frente, dando exemplo de como fazer educação profissional de qualidade. É uma forma inteligente de parcerias público-privadas. Em vez de o governo gastar milhões de reais construindo escolas, está aproveitando as escolas da rede de escolas profissionalizantes existentes em Minas Gerais.

Sr. Presidente, também queríamos falar sobre uma demanda. Nas cidades contempladas com as universidades estaduais Unimontes e Uemg, as pessoas se queixam muito de haver pouca oferta de vagas, a mínima possível. A Unimontes está presente em muitas cidades, mas oferece poucas vagas. O governo federal lançou também um programa vencedor, que se chama Reuni e tem expandido muito o número de cursos federais e o número de vagas. A própria UFMG duplicará praticamente de tamanho nos próximos anos e está recebendo recursos e investimentos do governo federal para ofertar mais cursos. Temos aí uma grande expansão das universidades federais, assim como da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

Sr. Presidente, não podemos ter a Unimontes e a Uemg paradas, ofertando pouquíssimas vagas. É preciso aumentá-las nessas faculdades. Só para termos uma idéia, Deputado Wander Borges, o curso de Medicina em Montes Claros abre vagas para apenas 20 alunos, mais 8 do Paes, uma turma de 28 alunos; os cursos de Enfermagem e de Educação Física, 25 alunos por sala. Isso é um absurdo. O mesmo dinheiro que se gasta para dar educação para 25 alunos pode ser gasto para dar uma educação de qualidade para 40 dentro de uma sala. Estamos apresentando um projeto de lei nesta Casa para estabelecermos que o número mínimo de alunos por turma em aula teórica deverá ser de 40 em todas as universidades do Estado. Só isso aumentará em 50% o número de vagas na Unimontes, o que favorecerá bastante, pois haverá mais pessoas estudando. Atualmente a Unimontes oferece aproximadamente 1.500 vagas por ano; seguramente, poderia oferecer 2.200, 2.300 sem onerar muito o Estado.

Educação nunca é despesa, mas investimento. O Governador Aécio Neves e nosso Vice-Governador Anastasia sabem que educação é fundamental e estão dispostos a investir. Todos nós, Deputados desta Casa, toparemos aumentar as verbas para as universidades estaduais, a Uemg e a Unimontes, a fim de que realmente ampliem a oferta de curso superior de qualidade e gratuito às populações que não podem pagar, principalmente as do Norte de Minas, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, ou seja, das regiões mais pobres de Minas. Isso é fundamental. Além disso, é uma luta nossa. Desde o primeiro dia em que assumimos a nossa cadeira de Deputado, tínhamos o objetivo de ampliar vagas para as escolas públicas. Continuaremos com esse propósito. Muitos podem perguntar-me: "Você, Ruy, é dirigente de escola particular, de faculdades particulares. Como pode defender o ensino público?". Respondo: claro, quanto mais escolas públicas houver, mais pessoas se formarão e seus filhos poderão pagar, no futuro, uma escola particular. Portanto temos de pensar a médio e longo prazo. Hoje o mercado da educação privada já atingiu o máximo da saturação. Há vagas em qualquer curso para quem quiser entrar numa faculdade e tiver dinheiro para isso. Hoje é fácil entrar nas escolas privadas. Todavia, o que ocorre? Infelizmente, a maioria das pessoas não tem dinheiro para pagar escola particular. Deputado Doutor Viana, nosso grande Deputado e Vice-Presidente da Assembleia, agora mesmo, na cidade de Curvelo, abrimos um novo curso superior de Enfermagem. Há alunos e demandas. Todavia, onde está o dinheiro para pagar? A grande maioria das pessoas que desejam estudar não tem. Ajeitamos, sim, e abrimos financiamento com participação de bancos, financiamentos próprios, mas isso não é suficiente. Precisamos, Deputado Doutor Viana, levar para Curvelo também um braço da Unimontes, com cursos gratuitos para que mais e mais pessoas possam estudar. Essa é uma luta que entabularemos com força na Assembleia. O nosso Vice-Governador Anastasia concorda com isso e pensa ser altamente plausível que as turmas das universidades estaduais tenham pelo menos 40 ou 50 alunos por sala. Isso é bastante

razoável. Hoje a Unimontes só tem 25, 28 ou 30 alunos em sala de aula. Quer dizer, está havendo desperdício de dinheiro público. É claro que essa é uma escola de excelência e de qualidade. Certamente não perderá qualidade alguma se houver 40 alunos em sala. Eu mesmo me formei médico pela Unimontes. No meu tempo, havia 40 alunos em sala. Por que hoje só tem de ter 20 e 28? Não pode ser assim. Por isso é necessário que lutemos aqui. Peço o apoio de todos os Deputados para a proposta de ampliação do número de vagas gratuitas das universidades estaduais. É preciso que o governo de Minas lance um programa semelhante ao do governo federal, a fim de criar mais vagas e cursos nas universidades estaduais, levando o ensino superior de qualidade a todas as regiões de Minas.

Um outro assunto que também gostaríamos de abordar e cobrar dessa Presidência e da Mesa da Assembleia Legislativa é o nosso projeto para a democratização da Unimontes, para que ele seja colocado na ordem do dia, uma vez que já está pronto para vir a Plenário. O projeto estabelece novas regras para a eleição de Reitor e Vice-Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros. Sabemos que quem vota hoje são os professores, os funcionários e os alunos. Para os professores, o peso é de 70%; para os funcionários, 15%; e, para os alunos, também 15%. Elege-se uma lista tríplice de nomes para o cargo de Reitor e outra para o de Vice-Reitor, as quais são enviadas ao Governador, que faz a escolha. O Governador Aécio Neves pode escolher, como tem feito, o mais votado. Entretanto, no passado, ocorreu de o Governador Itamar Franco escolher um nome que estava em segundo lugar. Isso desagradou muito a comunidade acadêmica. A universidade é um lugar onde há consciência, as pessoas são bem informadas, sabem escolher e votar. Realmente o voto é esclarecido. Como pode o candidato mais votado não ser escolhido? Sabemos que é prerrogativa do Governador fazer a escolha na lista tríplice. Entendemos a semelhança que há nas universidades federais, como na UFMG, em Viçosa, em Ouro Preto, e em muitas outras do Brasil, em que os estudantes, os funcionários e os professores escolhem, votam, e os escolhidos para os cargos de Reitor e Vice-Reitor são aqueles mais votados. Democracia é isso. Temos de orientar, estabelecer normas e regulamentá-las. No nosso projeto, determinamos o peso para os professores de 50%. Sabemos que, nas universidades, em sua maioria, o processo de ensino-aprendizagem tem a ver com os professores. Escola boa é a que possui bons professores. E estes devem ter, sim, um peso maior, mas é preciso que se valorize também a participação dos outros segmentos, por isso propomos 25% de peso para os funcionários e 25% para os estudantes. Dessa forma, entendemos que será feita justiça, possibilitando, assim, a transparência na escolha dos melhores nomes para administrar as universidades. No caso da Unimontes, temos certeza de que esse projeto atende ao anseio da grande maioria dos estudantes, dos professores e dos funcionários; enfim, de toda a comunidade acadêmica. É preciso democratizar, tornar as regras mais claras, mais transparentes. O poder público deve saber que tem de dar autonomia de verdade para as universidades, a fim de que elas dêem a sua contribuição para o desenvolvimento.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, que a Unimontes é a nossa jóia maior. Todos os Deputados da bancada do Norte, todos os 77 Deputados gostam da Unimontes, que é o orgulho de Minas Gerais. Ela está entre as duas ou três melhores universidades do País, e realmente merece aplausos e apoio, mas é preciso que se aperfeiçoe e avance. Em nome do povo de Minas Gerais, estamos aqui para melhorar a Unimontes, o que significa ampliar o número de cursos e vagas, levá-la para mais e mais cidades. E que haja também democracia. Que possamos eleger, sim, aqueles que representam os anseios da universidade.

Quero, em especial, parabenizar o atual Reitor Paulo César Gonçalves Almeida por sua gestão. Ele foi uma revelação para nós, pois tem cumprido muito bem o seu papel.

Sr. Presidente, registro que esta Casa atendeu, de pronto, às necessidades dos funcionários e professores da Unimontes. O Governador autorizou o aumento, e nós o aprovamos. Desde fevereiro, todos estão recebendo seus contracheques com aumento. Estão sendo, pois, valorizados. Agora queremos a colaboração e a responsabilidade social da universidade, com a ampliação do número de vagas e de cursos em toda a sua área de influência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram essas as nossas palavras.

* - Sem revisão de orador.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, queridos visitantes; observa-se, até pelas palavras externadas pelo ilustre Deputado Ivair Nogueira, que a sucessão entra na pauta da mídia estadual e, sobretudo, nacional, caro Deputado Domingos Sávio. Corroborando o que observamos pela mídia, gostaria hoje de fazer referência a uma palavra simples e pequena, mas de grande significado para esta Casa, para o Estado, para os Deputados tucanos e, acima de tudo, para o Brasil, País que sonhamos seja melhor, mais justo, mais humano e igualitário, que é a palavra "prévias".

Essa palavra tem incomodado parte minoritária do PSDB e parte pequena da imprensa paulista. Qual é o problema, Deputado Domingos Sávio e Ademir Lucas, em realizar prévias no PSDB ou em qualquer outro partido? Existe instrumento mais adequado, positivo e democrático de se escolher um candidato? As democracias avançadas e modernas têm-nos ensinado que as prévias são um mecanismo extraordinário, de grande valor para a busca do melhor caminho. Caros Deputados e Deputadas, prévias pressupõem participação de quem realmente constrói um partido. Indicam a participação das bases, dos filiados, das pessoas que empunham a bandeira da democracia com alegria e galhardia.

Venho a esta tribuna hoje como Deputado, como mineiro e como tucano, porque entendo ser imprescindível a realização de prévias no PSDB. Na semana passada ou retrasada, uma grande figura pública do Estado de São Paulo contestou o instrumento das prévias.

Poderia ficar aqui horas e horas apresentando argumentos fortes, consistentes, justos e plausíveis para defender as prévias. Todos nós sabemos, e a própria Constituição Federal preconiza com muita clareza: cabe ao partido reestruturar-se, cuidar do seu funcionamento, zelar pelo seu dia-a-dia e até mesmo pela escolha das suas coligações partidárias. O estatuto do PSDB, Deputado Lafayette de Andrada, aclara isso de forma muito acentuada para todos nós. Dentre as diretrizes fundamentais e os princípios programáticos, destaca-se o compromisso do PSDB com a democracia interna e com a participação efetiva dos filiados na vida partidária. Por isso afirmo que as prévias são muito importantes.

Vamos ouvir, aprender, apresentar sugestões, apresentar ao Brasil o que há de melhor na política brasileira. E hoje o PSDB tem duas expressões maravilhosas, dois grandes líderes a serem apresentados ao Brasil, que se colocam pré-candidatos: um, José Serra, Governador de São Paulo, homem capaz, administrador tarimbado; outro, um jovem mineiro, ousado, de berço, que se destacou e se consolidou no nosso país como o melhor administrador da atualidade: recuperou a auto-estima do nosso Estado, reconstruiu uma nova Minas, e hoje o Estado de Minas Gerais é o mais bem administrado e bem avaliado da República Federativa.

É por isso que digo que o PSDB tem muito a oferecer ao Brasil, sobretudo pelo fato de contar com a figura extraordinária de Aécio Neves, cujo grande diferencial é sua capacidade de articulação, seu espírito conciliatório, sua administração comprovada, seus sábios ensinamentos adquiridos no seu berço familiar, especialmente os nobres ensinamentos do eterno Presidente Tancredo Neves. É por isso que reafirmo, em alto e bom som, a importância de se fazerem as prévias.

Ao mesmo tempo, nessa caravana, nessa cruzada por um Brasil melhor, nessa peregrinação por um Brasil mais justo, mais feliz e mais solidário, os brasileiros e as brasileiras terão a oportunidade de conhecer com mais precisão e mais profundidade o maior Governador da história de Minas, da atualidade e que certamente se encontra plenamente preparado para conduzir os destinos do povo brasileiro. É importante que essa minoria de São Paulo saiba que Minas sempre foi vanguarda, que Minas sempre nos ensina, que Minas já concedeu a São Paulo o maior Presidente da sua história, o que mais fez por São Paulo, que revolucionou e que industrializou aquele Estado, que foi JK. Certamente Aécio Neves terá oportunidade de também fazer um governo diferenciado à frente dos destinos do povo brasileiro.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Quero rapidamente parabenizar o eminente Deputado Dinis Pinheiro pelas suas palavras e, concordando com suas colocações, deixar de modo muito claro que o PSDB, como foi dito aqui, é um partido preocupado com a democracia interna. E não seria possível que apenas a alta cúpula se reunisse a portas fechadas e decidisse não só os destinos do PSDB, como também os destinos da Nação. As prévias são, indiscutivelmente, o instituto mais legítimo para que um partido possa escolher o seu candidato, sobretudo à Presidência da República. É nas prévias que vai acontecer o embate de idéias, onde serão formulados os programas, onde serão formatadas as idéias para o novo governo. O PSDB quer discutir com a sociedade um programa lúcido, aquele de que o Brasil necessita. Para terminar, Deputado Dinis Pinheiro, gostaria de fazer aqui um registro importante. O PSDB, ao contrário de outros partidos, sem faróis e luminescências, fará amanhã um encontro de Prefeitos em Juiz de Fora, com a presença do nosso Vice-Governador Anastasia, que todos sabemos ser um gênio da administração, que conhece gestão pública mais do que ninguém neste país. Estará lá para explicar aos Prefeitos as dificuldades que encontrarão neste início de mandato e como possivelmente solucioná-las. Essa é a maneira de o PSDB fazer política, ensinando, ajudando e colaborando, sempre com vistas ao desenvolvimento. Parabéns a V. Exa. e ao PSDB como um todo, porque, indiscutivelmente, será um sistema que purificará o Partido e que levará, com certeza, Aécio Neves à candidatura à Presidência da República, que é do que o Brasil precisa. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Obrigado, Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - V. Exa. tem uma história que fala por si mesma, uma história de luta, de seriedade e de competência. Nos momentos decisivos, levanta a sua voz, dando o tom adequado para a discussão que é do interesse de todos os mineiros e de todos os brasileiros. Há pouco tempo, V. Exa. liderou aqui, nesta Casa, uma discussão fundamental sobre uma mais justa redistribuição dos impostos para todos os Municípios. Não tenho dúvida de que é esse o sentimento que V. Exa. tem quando busca um governo mais justo para todos os brasileiros. Para encontrar o ponto ideal, sem dúvida, o melhor caminho é o debate que nasce no partido na hora de escolher o candidato, antes de levá-lo a todos os brasileiros. Isso é necessário para que se construa também uma proposta adequada de governo. V. Exa. traz a discussão das prévias que o PSDB se propõe fazer e lembra que uma minoria questiona, às vezes, por já ter uma idéia preconcebida do que deve ser o processo. Mas acrescente ao raciocínio brilhante de V. Exa. que o estatuto do nosso PSDB, que tive a honra de ajudar a fundar em 1988, já previa as prévias desde então. Já as exercitamos em alguns momentos. Aqui mesmo, em Minas Gerais, na década de 90, tivemos prévias entre Eduardo Azeredo e Paulino Cícero. Houve discussão em todos os diretórios do interior de Minas, e saiu candidato, pela maioria dos convencionais, Eduardo Azeredo, que se transformou em Governador de Minas. Então é uma prática saudável, que precisa ser resgatada para o Brasil como um todo. O PSDB haverá de fazê-la, tendo duas grandes figuras que até agora se manifestaram e que, sem dúvida, têm todas as condições para governar bem o Brasil: os Governadores José Serra e Aécio Neves. Não temos dúvida de que o Governador Aécio Neves está absolutamente preparado para liderar o País para essa fase pós-Lula. Não se trata de ser Oposição ou Situação em relação ao Lula, mas, sim, de apresentar novas perspectivas para o nosso povo. O PSDB deverá fazê-lo, terminando, Deputado Dinis Pinheiro, unido. As prévias deverão nos unir mais ainda. O embate de idéias virá à tona, mas, acima de tudo, virá a nossa responsabilidade de um PSDB unido em todo o País - em São Paulo, em Minas, em todo o Brasil - para apresentar Aécio Neves, que Minas já conhece, a todo o povo brasileiro. Parabéns pelo pronunciamento, Deputado Dinis Pinheiro. Vamos nos manter firmes, como tucanos que somos, na defesa das prévias.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Obrigado, Deputado Domingos Sávio, sempre brilhante.

É importante ressaltar que Minas não vai se calar. De forma organizada, civilizada, altruísta, levantará a sua voz de modo que as prévias sejam efetivadas dentro do PSDB. Minas não vai se aquietar nem se conformar, pois o conformismo é o carcereiro da liberdade e o inimigo do desenvolvimento. Minas já deu lições extraordinárias para o Brasil e pode contribuir de forma excepcional para o nosso país. Noutro dia, observamos, Deputados Ademar Lucas e Domingos Sávio, alguns setores minoritários e localizados do PSDB e do DEM repudiando - e faço aqui outro paralelo -, questionando a presença da Dilma Rousseff no evento do Lula. Isso tudo é balela e falácia. O PSDB tem o que há de mais caro para oferecer ao povo brasileiro: um governo de São Paulo vitorioso e um governo mineiro extraordinário. Não há necessidade de perder tempo com instrumentos pequenos. Vamos mostrar ao Brasil - o PSDB pode e deve fazer isso - Aécio Neves e Minas Gerais, este Estado realizador, inovador, que cresce acima da média nacional. Por isso defendo que a democracia seja exercida em total plenitude. Por isso defendo e reafirmo que as prévias são essenciais.

Respeitando o Deputado Ivair Nogueira, que nos falou anteriormente, quando o PMDB apresenta o nome de Hélio Costa, nome extraordinário, de grandes serviços prestados a Minas e aos mineiros, venho, nessa mesma linha, reiterar, reafirmar em alto e bom som, que o PSDB e outros partidos também têm nomes extraordinários, a começar pelo Vice-Governador Anastasia, pessoa extraordinária, capaz e talentosa, que, ao lado do Governador Aécio Neves, vem conduzindo o Estado com muito brilhantismo. Aqui, ao nosso lado, bem nesta sala, temos também o Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, figura extraordinária, que se destaca no nosso meio e que está realizando um trabalho excepcional no cenário nacional. Da mesma forma, ele se encontra altamente preparado para guiar os destinos de Minas Gerais. Em síntese, Minas Gerais terá um bom embate, um bom debate, uma boa disputa, pois dispõe de nomes preparados, honrados e capazes.

Por último, quero convocar os mineiros e as mineiras: mãos a obras, vamos levar Aécio Neves ao Brasil, vamos mostrar aos brasileiros e às brasileiras o melhor Estado para se viver, o mais bem administrado. Ele é um grande estadista, um grande Governador, um homem de sensibilidade, que possui os olhos e as ações voltados para os mais pobres. Mãos a obras, mineiros, o Brasil aguarda Aécio Neves.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, meu caro amigo Deputado Doutor Viana, ilustres companheiros que aqui se encontram, imprensa, convidadas e convidados, antes de abordar o assunto principal que me traz nesta tarde à tribuna da Assembleia, quero congratulá-lo mais uma vez com a Unimontes. Trata-se de uma universidade de Minas, localizada no extremo Norte. Mais uma vez, ela brilha no cenário do ensino superior. Para o encontro internacional que se realizará no Uruguai, foram selecionados 23 trabalhos acadêmicos da Universidade relacionados ao 12º Encontro de Geógrafos. Lá estarão presentes universidades de toda a América Latina, e a Unimontes, historicamente, sempre participou desse encontro com um, dois, ou, no máximo, três trabalhos. Agora, apresentará 23 belíssimos trabalhos. Ela dará um salto de qualidade muito grande e mostrará a capacidade dos seus professores e principalmente a dos seus alunos.

Mais uma vez faço referência à Unimontes, onde tive a honra e a oportunidade de formar-me em Medicina, em 1979. O Deputado Doutor Viana me antecedeu, também no curso de Medicina. Essa Universidade tem formado alunos para todo o Brasil e é um diferencial e uma referência para a região Norte de Minas.

Congratulo-me também com o nosso Reitor, Prof. Paulo César Almeida, pelo belo trabalho que vem fazendo à frente da Unimontes. Trata-se de um professor do mais alto gabarito, uma pessoa preparada para o importante cargo que exerce. E, graças a Deus, ano após ano a Unimontes colhe resultados importantes para Minas Gerais. Trata-se de uma universidade de referência. Não raras vezes, os cursos da Unimontes estão classificados com as notas máximas pelo MEC, e muitas vezes a universidade brilha no cenário nacional e internacional. Portanto, é motivo de orgulho para todos nós, para todos os mineiros e principalmente para o Norte de Minas. Por isso ficamos os nossos cumprimentos aos professores da Unimontes, principalmente aos que se encontram ligados ao curso de Geografia, e aos alunos que vão representar muito bem o nosso Estado, o nosso país no XII Encontro de Geógrafos da América Latina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, assisti há pouco o pronunciamento do companheiro Deputado Dinis Pinheiro, quando ele defendeu internamente, no seu partido, as prévias para a escolha do candidato a Presidente pelo PSDB. Acredito que essa discussão transpõe as questões internas do PSDB. Trata-se de uma discussão que hoje está sendo travada, que está na boca do povo mineiro, em qualquer circunstância, em qualquer região - de Norte a Sul, de Leste a Oeste de Minas Gerais. Ainda hoje, chegando de Montes Claros, eu e o Prefeito

de Glaucilândia, Sr. Marcelo Brant, conversávamos dentro de um táxi, e o taxista entrou na nossa conversa: "Mas, infelizmente, parece que São Paulo não vai deixar o Governador Aécio Neves ser candidato pelo PSDB". Acredito que essa questão tem de passar por uma discussão mais ampla, tem de transpor, inclusive, os limites do PSDB, passar para outros partidos. Creio que todos nós, mineiros, gostaríamos muito de ver o nosso Governador como candidato a Presidente da República. E, se o Aécio tiver oportunidade de sair como candidato a Presidente, com certeza absoluta será uma alternativa importante para o povo brasileiro, uma alternativa que fará frente às reivindicações do PT. Respeito muito tal Partido, mas a pré-candidata do PT não tem a empatia necessária com o povo brasileiro; sente-se que há uma resistência muito grande, como também há uma resistência muito grande quanto ao Governador de São Paulo, que também é um grande candidato. Acredito que o Aécio oferece essa alternativa nova; Aécio é o novo que vai chegar para trazer discussão maior para o povo brasileiro.

Estou falando tudo isso e, por coincidência, tenho um recorte do jornal "Estado de Minas" de hoje, na página de "Política", que apresenta, Deputado Doutor Viana, uma reportagem que mostra que a crise bate à porta dos pequenos Municípios, com a fotografia do Prefeito de Glaucilândia, companheiro Marcelo Brant, que praticamente reduziu o horário de funcionamento da Prefeitura em um Município com pouco mais de três mil eleitores, ou seja, um Município pequeno, que sobrevive apenas do Fundo de Participação dos Municípios. Ele alega que a redução do horário foi feita para se reduzirem custos, como telefone e cafezinho. Enfim, trata-se de uma medida drástica de economia para o Município. Essa reportagem retrata, na verdade, a situação da maioria dos Municípios de Minas e do Brasil. Todos os pequenos Municípios do Brasil, que são mais da metade, quase dois terços, do total de Municípios, estão praticamente sem condições de sobreviver. Ai é que entra a discussão sobre o próximo Presidente da República, na tentativa de mostrar que não é mais possível essa centralização de poder. É possível construir um Brasil democrático, um Brasil socialmente justo, um Brasil em que se pratica a equidade, um Brasil forte para enfrentar crises - aliás, o Brasil está enfrentando essa crise com muita bravura.

É possível construirmos este país com pessoas que compreendam, entendam seu funcionamento. Quem toca o Brasil são os Municípios. Certa vez alguém disse: "As pessoas não moram em um país ou em um Estado, mas em um Município". Ou seja, é em um pequeno ou em um grande Município que moramos. É lá onde convivemos, trabalhamos, temos uma vida social, vivemos momentos de lazer e criamos nossas famílias; é lá onde os nossos filhos estudam. No entanto, os pequenos Municípios estão à beira da falência. Já não é possível continuar dessa forma.

No tocante à área da saúde, praticamente todos os Municípios estão com problemas seriíssimos. Os Deputados Doutor Viana e Hely Tarquínio, que são médicos, sabem que nenhum hospital de pequeno porte consegue sobreviver hoje com os recursos pagos de acordo com a tabela do SUS. Nenhum pequeno Município consegue dispor de um programa de transporte escolar que ofereça condições mínimas de segurança e conforto aos alunos. Os ônibus estão sucateados, as escolas municipais caindo aos pedaços e as estradas intransitáveis. Portanto, como já disse, os pequenos Municípios estão à beira da falência, mas, infelizmente, não vem à tona nenhuma discussão acerca das questões municipais. Fala-se muito nas eleições presidenciais e governamentais do próximo ano, mas elas têm de passar, obrigatoriamente, por um debate.

Não acredito muito no êxito das prévias para a escolha entre os Governadores Aécio e Serra, porque o PSDB, que não é o meu partido, está centralizado em São Paulo. Talvez esteja até dando um palpite fora de hora. O povo brasileiro sabe que o Governador Aécio Neves tem um grande potencial; se for candidato, vencerá as eleições; todavia, infelizmente vemos outros interesses suplantarem o interesse maior do povo brasileiro.

Proponho, então, essas discussões. Quanto às eleições do próximo ano, ressalto a importância de Aécio ser candidato não só do povo mineiro, mas também do povo brasileiro. O trabalho que ele tem feito em Minas deve ser estendido ao País; a atenção dada aos Municípios mineiros tem de ser expandida pelo Presidente aos Municípios brasileiros; porém, ao que nos parece, está ocorrendo, propositadamente, o enfraquecimento dos pequenos, médios e grandes Municípios do País. Espero, sinceramente, que essa discussão prospere e chegue à população brasileira, a fim de que escolha seu candidato.

Na próxima sexta-feira, o PDT, meu partido, realizará as convenções nacionais em Brasília. Fui indicado para compor a executiva nacional do partido e, nessa reunião, com certeza vou propor uma ampla discussão a respeito da situação dos Municípios brasileiros. Na oportunidade, falarei também do trabalho que nosso Governador Aécio Neves faz em Minas Gerais, para que ele possa ter o apoio incondicional do PDT. Fica feito oficialmente o convite deste Deputado e, com certeza, também do PDT mineiro, para que, se o Governador Aécio Neves quiser realmente ser candidato à Presidência da República e não encontrar o respaldo necessário em seu partido, ele ingresse nas hostes do PDT, que é um partido ético, de nomes importantes como Darcy Ribeiro, Brizola e vários outros ilustres brasileiros.

Será uma honra para nós acolhê-lo em nosso partido, a fim de que apresente seu programa de governo e se coloque como o candidato de todos os brasileiros. Levaremos essa proposta, oficial e verdadeiramente, na sexta-feira, à convenção nacional do PDT.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que este momento é propício a uma reflexão mais profunda acerca do País e da situação mundial. Ouvi, pela televisão, há pouco, declaração de um grande cientista francês afirmando que a quantia de US\$512.000.000.000,00 bastava para acabar com a fome do mundo; todavia, até o momento, em virtude da crise, em todo o mundo já foram gastos ou jogados fora quase US\$15.000.000.000.000,00 em socorro às instituições financeiras, sem nenhuma discussão. Os recursos do povo brasileiro e da população mundial estão sendo jogados nessa fogueira econômica. Infelizmente, as discussões mais importantes ficam em segundo plano, ou melhor, não são levadas ao povo mineiro.

Espero que o próximo Presidente da República tenha, pelo menos, condições de expor suas idéias; que não apareçam candidatos pré-fabricados do PT; e que São Paulo não venha impor-nos uma candidatura acima da necessidade do povo brasileiro. Principalmente, desejo que nosso Governador faça pelo Brasil o que está fazendo por Minas Gerais. Se não o fizer pelo PSDB, que veja no PDT a grande chance de vir a ser Presidente dos Municípios pequenos e do povo brasileiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, telespectadores da TV Assembleia, gostaria de fazer um breve relato sobre algumas viagens que fiz durante o carnaval, em visita a algumas cidades do Sul de Minas, para manter e renovar contato com suas lideranças.

Fiz reuniões produtivas em Alfenas e em Machado, em companhia do Deputado Federal Geraldo Tadeu, que posteriormente sofreu um acidente. Graças a Deus, ele está-se recuperando muito bem, sem maiores problemas. Em Machado, a reunião foi na Prefeitura, quando contamos com a participação do Prefeito Roberto e do Vice-Prefeito José Miguel, assim como de todo o secretariado da administração.

Chama nossa atenção, Sr. Presidente, um assunto que gostaria de trazer a esta tribuna. Lamentavelmente, refiro-me às condições das nossas rodovias federais do Sul de Minas. É uma lástima, é inacreditável o que temos naquela região em termos de rodovias federais. Tais estradas encontram-se absolutamente intransitáveis.

Não estou aqui contando nenhuma novidade, uma vez que já vim a esta tribuna diversas vezes para fazer essa mesma reclamação. Não é possível que essas estradas continuem como estão, vítimas do descaso. Parece que o Brasil não possui governo federal. Não sei para que existe o DNIT, que tem uma agência também em Pouso Alegre. Percebemos que o Dr. Rogério, chefe desse órgão, é muito solícito e quer fazer bem

seu trabalho; todavia, ele não tem nenhuma condição para tanto. O Dr. Rogério não possui recursos sequer para tapar um buraco das estradas, que são um convite ao acidente, às tragédias, à morte. Repito: nada é feito por essas estradas.

Estou-me referindo especificamente à BR-146, que liga Muzambinho a Poços de Caldas, assim como a Andradas, e à BR-267, que liga Machado a Poços de Caldas. Também incluo nesse rol a BR-459, restaurada há cerca de um ano e meio, cujo trecho de acesso à Serra de Ipuíuna, imaginem os senhores, já está totalmente impraticável.

Realmente, o que quero dizer é que, no dia 12 de dezembro, estávamos no hangar do governo no aeroporto de Belo Horizonte, com o Governador Aécio Neves e o Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia, que ali estavam para receber o Presidente Lula, quando eles nos pediram, a alguns de nós parlamentares que estávamos ali por alguma outra razão, que os acompanhassem na recepção do Presidente Lula. Então fomos até o Presidente, que se mostrou muito simpático, alegre e satisfeito por estar em Minas Gerais. Tivemos uma conversa bastante amigável.

Nessa oportunidade, eu e o Deputado Geraldo Thadeu entregamos a ele um bilhete, feito naquele momento, falando justamente sobre essas estradas, especificamente da 146 e da 267. O Presidente foi muito solícito e disse que tomaria providências, que pediria ao Ministro dos Transportes a implantação de medidas urgentes em relação a essas estradas. Isso foi em dezembro, porém já estamos em março e, até o presente momento, lamentavelmente nada aconteceu.

Fui informado pelo Dr. Rogério, chefe da agência do DNIT em Pouso Alegre, que alguns serviços de manutenção começarão possivelmente neste mês de março, nessas rodovias, no trecho de Muzambinho a Bandeira do Sul, de Bandeira do Sul a Poços de Caldas e a Andradas, e no trecho de Machado até Poços de Caldas. O termo usado para essa recuperação ganhou um novo nome, o chamado Crema. Então essa recuperação das estradas é agora chamada de Crema. O Crema da primeira etapa terá início a partir de março.

Digo isso porque quero dar uma satisfação para a população da região, que deve estar me vendo e ouvindo e achando que não estamos fazendo nada em relação a isso. Trata-se de um problema seriíssimo para a nossa região, por se tratar de estradas - as mais importantes da região - que ligam o Sul de Minas a Belo Horizonte, o Sudeste ao Centro-Sul de Minas, e o Centro-Sul de Minas às cidades de Pouso Alegre e Itajubá, ao Sudoeste, portanto. Dessa forma, o Estado fica paralisado e sem alternativas, porque, se as pessoas não transitarem por essas estradas, elas terão de passar pela outra, que é ainda pior. Na verdade, só não estão nessas condições as estradas estaduais, que foram recuperadas e restauradas com serviço de manutenção permanente. Portanto elas jamais chegarão a essa situação.

O Sul de Minas está levando um enorme prejuízo em relação às outras regiões do Estado, porque, além do problema das estradas, uma riqueza importante que temos, que é o café, também está sofrendo. Aliás, o Estado de Minas Gerais é o grande produtor de café do Brasil, sendo o Sul de Minas, tradicionalmente, a maior região produtora de café do Estado, mas que hoje também se encontra numa situação lastimável. Os cafeicultores, os produtores de café pequenos, médios e grandes, todos estão numa situação extremamente delicada. Reuniões e mais reuniões foram feitas em Brasília, mas, lamentavelmente, não se chegou a um bom termo.

Meu caro Deputado Fahim Sawan, essa é a situação vivida pelo Sul de Minas: as estradas estão impraticáveis e a nossa importantíssima fonte de riqueza, que é o café, está em condição precária, sem a sensibilidade e a compreensão do governo. Fato é que ninguém está pedindo esmola, mas sim uma política adequada para uma riqueza do Brasil, que é o café, a qual, infelizmente, não foi encontrada até agora.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Carlos Mosconi. Não poderia deixar de manifestar-me e de prestar solidariedade a esse grande Deputado, defensor da sua região e de todo o Estado de Minas, grande conhecedor da área da saúde, que se preocupa também com as estradas, mesmo porque sabemos que um dos grandes motivos de haver tantos pronto-socorros é exatamente em decorrência dos muitos acidentes ocorridos nas nossas estradas.

Infelizmente, Deputado Carlos Mosconi, só terei de discordar de V. Exa. num ponto: não são só as estradas do Sul de Minas, mas também as estradas federais de todo Estado. O Estado de Minas Gerais é o que tem a mais extensa malha viária federal e é o que mais tem problemas. A 262 também está impraticável, Deputado, assim como várias outras que poderíamos citar, mas não o faremos devido ao adiantado da hora do seu discurso. Não me vou alongar para que V. Exa. finalize o seu discurso, a defesa que faz em prol do povo do Sul de Minas.

Estamos solidários a V. Exa. Realmente é preciso que uma providência urgente em relação às estradas federais seja tomada.

Ainda não temos o balanço total do carnaval, mas, com certeza, muito mais gente deve ter morrido nas estradas e muito mais acidentes pudemos ver por causa das chuvas e da situação precária da malha viária federal.

O Deputado Carlos Mosconi* - V. Exa. tem razão, outras estradas estão nessa situação. Para encerrar, agradeço o aparte de V. Exa. e sua solidariedade. Podemos fazer com que a Assembleia mineira se movimente em Brasília, para que essas coisas melhorem e tomem novo rumo. E quero dizer ao povo de Poços de Caldas, Andradas, Muzambinho, Machado, Bandeira do Sul, Botelhos e Campestre que se até meados de março não acontecer o que nos disse o Dr. Rogério, do DNIT, voltarei a esta tribuna e tomaremos uma providência coletiva para que essa situação siga um rumo diferente em Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/3/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando Evandro Gonçalves de Campos Junior do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

exonerando Janice dos Anjos Coelho do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Maria Geralda da Silva Simões do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Evandro Gonçalves de Campos Junior para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Everson Resende Carmo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Janice dos Anjos Coelho para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Maria Geralda da Silva Simões para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas.

Gabinete do Deputado Chico Uejo

exonerando Denise Chaves de Brito Figueiredo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Renato Machado dos Reis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Arlete Rita Nogueira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Roberta Carolina Nogueira Costa para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2008

Objeto: aquisição de materiais elétricos. Pregoeiras vencedoras: Loja Elétrica Ltda. (lote 1), Coferco Controles Industriais Ltda. (lote 2), Valepinho Comércio de Materiais para Construções Ltda. (lote 3), Central Iluminação Ltda. (lote 6) e Flávia Márcia Rocha (lote 9).

Belo Horizonte, 9 de março de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Salem Serviços Ltda. Objeto: serviço de transporte urbano de pequenas cargas e encomendas, por meio de quatro motocicletas equipadas com baú. Objeto deste aditamento: correção de erro material no contrato originário (CTO/37/2008). Vigência: a mesma do contrato originário. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009(3.3.90.37).